

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OVAR
 REUNIÃO DE 28 / 04 / 2014
 DELIBERAÇÃO

Aprovado por maioria com 24 votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e do PS e duas abstenções, dos Grupos Municipais do PCP e do BE.

Pedro Braga da Cruz

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2013

*A Assembleia Municipal
 Pedro Braga da Cruz
 14/04/07*

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
 REUNIÃO DE 03 / 04 / 2014
 DELIBERAÇÃO

n.º 209/2014

Deliberado, p.u., aprovar o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas o anexos, à Assembleia Municipal.



(Esta página destina-se aos carimbos da Câmara e Assembleia Municipal de Ovar)

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

94
J
H.
A
Am
vit
A

I. RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO


EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA EM 2013

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou condicionada pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos. A correção destes desequilíbrios envolveu a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem do sector privado, que determinou uma forte contração da procura interna. Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo programa de ajustamento económico acordado entre o governo português, o FMI e a U.E. (PAEF- Programa de Assistência Económica e Financeira), que está a ser executado desde 2011. Este programa, que conta com o acompanhamento técnico do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. A consolidação orçamental, conjugada com o ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma contração da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento dos saldos negativos da balança corrente mais rápido do que o inicialmente previsto, quer por via da redução das importações, quer pelo aumento das exportações, muito associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos.


O ano de 2013 encontra-se, assim, já marcado pelos primeiros sinais de inversão do ciclo económico, associados a uma estabilização da procura interna e à persistência de ganhos de quotas de mercado por parte das empresas exportadoras.

De acordo com os últimos dados do INE (Fevereiro de 2014), o Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 1,6% em volume no 4º trimestre de 2013, após a redução de 0,9% observada no trimestre anterior. Esta evolução foi determinada, já pela recuperação da procura interna, que apresentou um contributo positivo para a variação homóloga do PIB, o que não se verificava desde o 4º trimestre de 2010. O contributo positivo da procura externa líquida aumentou devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços. Para o conjunto do ano 2013, o PIB diminuiu 1,4% em volume (variação de -3,2% em 2012).





Relativamente ao desemprego, a respetiva taxa, estimada para o 4º trimestre de 2013, foi de 15,3%. Este valor é inferior em 1,6 pontos percentuais ao estimado para o trimestre homólogo de 2012 e em 0,3 pontos percentuais ao estimado para o trimestre anterior. A população desempregada cifrava-se em 826,7 mil pessoas, o que representa uma diminuição homóloga de 10,5% e uma diminuição trimestral de 1,4% (menos 96,5 mil e menos 11,9 mil pessoas, respetivamente). A população empregada foi de 4 561,5 mil pessoas, o que corresponde a um aumento homólogo de 0,7% e a um aumento trimestral de 0,2% (mais 29,7 mil e mais 7,9 mil pessoas, respetivamente).



Em termos de média anual, a taxa de desemprego fixou-se em 16,3% em 2013, o que representa um aumento de 0,6 pontos percentuais em relação a 2012. A população desempregada foi de 875,9 mil pessoas, tendo aumentado 1,8% em relação ao ano anterior (mais 15,8 mil pessoas).



PERSPETIVAS PARA 2014

As mais recentes projeções para a economia portuguesa, apontam para uma recuperação gradual da atividade ao longo dos próximos três anos. Para 2014 projeta-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,2 por cento, seguido de uma aceleração para 1,4 por cento em 2015 e 1,7 por cento em 2016. Esta projeção aponta para que, no período 2014-2016, a economia portuguesa volte a apresentar um ritmo de crescimento próximo do projetado para a área do euro. De facto, o crescimento do PIB será consequência de uma contribuição menos negativa da procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Este último contributo será menos relevante em 2014 do que em anos anteriores, fruto de uma aceleração das importações de bens e serviços em resposta à estabilização do consumo privado e ao crescimento do investimento. Dada a manutenção de um elevado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas continue: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3,3% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1,9% do PIB, reforçando assim o resultado de 2013.

Fontes:

OE-2014, Banco Portugal, INE

INDICE

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO 2013.....	3
	Enquadramento Macroeconómico.....	3
1.	A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2013	5
2.	A EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2013	16
3.	MOVIMENTOS FINANCEIROS.....	19
3.1	Movimentos Financeiros.....	19
3.2	Saldo da Gerência de Operações Orçamentais.....	19
4.	EVOLUÇÃO ECONÓMICO- FINANCEIRA	21
4.1	Demonstração de Resultados por Natureza	21
4.1.1.	Evolução dos Proveitos	21
4.1.1.1	Venda de Bens e Prestação de Serviços.....	22
4.1.1.2	Impostos e Taxas.....	25
4.1.1.3	Transferências e Subsídios Obtidos	26
4.1.1.4	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	29
4.1.1.5	Proveitos e Ganhos Financeiros.....	30
4.1.1.6	Proveitos e Ganhos Extraordinários	31
4.1.2.	Evolução dos Custos.....	33
4.1.2.1	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	34
4.1.2.2	Fornecimento e Serviços Externos.....	34
4.1.2.3	Custos com o Pessoal.....	39
4.1.2.4	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	40
4.1.2.5	Outros Custos e Perdas Operacionais.....	42
4.1.2.6	Custos e Perdas Financeiras.....	43
4.1.2.7	Custos e Perdas Extraordinários	43
4.2	Análise Comparativa da Evolução da Estrutura do Balanço	46
4.2.1	Análise da Estrutura do Ativo	47
4.2.1.1	Análise da Estrutura do Imobilizado	48
4.2.1.2	Análise das Existências.....	49
4.2.1.3	Análise das Dívidas de Terceiros.....	49
4.2.1.4	Análise das Disponibilidades.....	51
4.2.1.5	Análise dos Acréscimos e Diferimentos.....	52
4.2.2	Análise da Estrutura do Passivo	53
4.2.2.1	Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo	53
4.2.2.2	Análise do Passivo – Curto Prazo	55
4.2.2.3	Análise dos Acréscimos e Diferimentos.....	56
4.2.3	Análise da Estrutura dos Fundos Próprios	59
4.2.4	Indicadores de Análise	60
4.3	Endividamento Municipal	62
4.3.1	Enquadramento	62
4.3.2	Limites Legais do Endividamento.....	64
4.3.3	Dívida Desagregada por Rubricas	67
4.3.4	Lei dos Compromissos/Redução do endividamento – Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (artigo 96º)	67
5.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	69
6.	BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	70
7.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	73
II -	CONTABILIDADE DE CUSTOS	89

III. OUTROS DOCUMENTOS

1. A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2013

A execução do orçamento municipal no ano de 2013, organizada pela classificação económica proposta pelo POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para a Administração Local – encontra-se detalhada no mapa resumo que se segue e que permite, para além de outras informações, estabelecer uma comparação entre a evolução das principais rubricas nos anos de 2013 e 2012, bem como perceber o contributo relativo de cada rubrica da receita e da despesa no contexto global do orçamento municipal.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA 2013							
Rubricas	Orçamento Inicial 2013	Previsão Corrigida 2013	Receita Cobrada 2013	Taxa de Execução	Valor Relativo	Receita Cobrada 2012	Taxa Crescimento
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Directos	9 602 500	9 602 500	11 058 002	115%	31%	9 531 001	16%
Impostos Indirectos	406 500	406 500	253 200	62%	1%	301 912	-16%
Taxas, multas e outras Penalidades	419 500	419 500	496 218	118%	1%	456 522	9%
Rendimento de Propriedade	3 148 420	3 148 420	2 976 647	95%	8%	2 362 324	26%
Transferências correntes	6 609 677	6 611 887	6 815 676	103%	19%	6 769 635	1%
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	2 293 500	2 293 500	2 200 014	96%	6%	2 164 051	2%
Outras Receitas Correntes	272 000	272 000	287 569	106%	1%	119 945	140%
Total	22 752 097	22 754 307	24 087 328	106%	67%	21 705 390	11%
RECEITAS CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	4 225 433	2 093 731	554	0%	0%	128 075	-100%
Transferência de Capital	8 046 506	8 709 946	5 588 278	64%	15%	9 924 888	-44%
Passivos Financeiros	0	0	0	0%	0%	15 986	-100%
Outras Receitas de Capital	5 000	5 000	10 612	212%	0%	36 757	-71%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5 000	5 000	1 645	33%	0%	20 940	-92%
Total	12 281 939	10 813 677	5 601 088	52%	16%	10 126 646	-45%
Saldo da Gerência Anterior		6 398 452	6 398 452	100%	18%	8 557 479	-25%
Total Geral da Receita	35 034 036	39 966 436	36 006 858	90%	100%	40 389 515	-11%

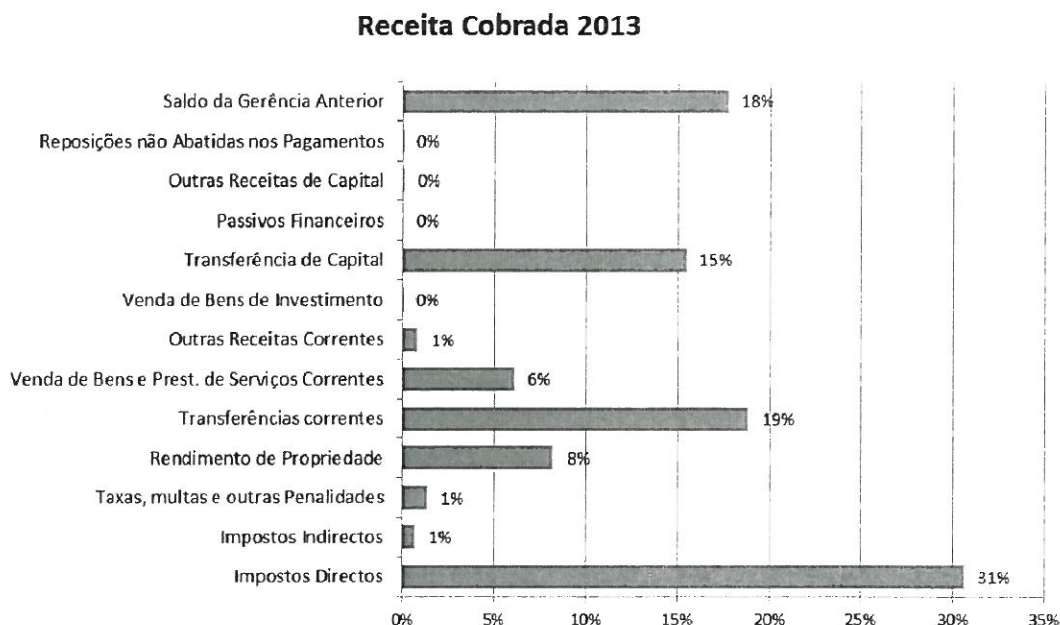
No ano de 2013, entraram nos cofres da autarquia de Ovar 24 087 328 €uros de receita corrente bruta, 5 601 088 €uros de receita de capital e foi introduzido o saldo de gerência de 2012, aprovado pelos órgãos competentes, no valor de 6 398 452 €uros, o que totaliza uma **receita global de 36 086 868 €uros**. Em termos estruturais a receita corrente corresponde a 67% do total e a receita de capital a 16%, constatando-se que o saldo de gerência assume idêntica relevância e representa 18% do global da receita.

Comparativamente com o ano anterior, a **receita total apresenta um decréscimo de 11%**, superior a 4,3 Milhões de euros, explicado pela quebra substancial na arrecadação da receita de capital, (no valor percentual de 45%), na redução de 25% do saldo da gerência, apenas compensada com o acréscimo de receita corrente, no valor de 2,381 M €uros, ou seja, mais 11% do que no ano transato.

Uma observação focada na receita arrecadada identifica as principais fontes de receita camarária, a saber: os Impostos Directos, que representam 31% do global, as transferências correntes, que

assumem um contributo de 19%, as transferências de capital que, apesar da quebra acentuada já referida, ainda representaram, no ano de 2013, 15% do global da receita municipal. Considerando o previsto para o ano, a taxa de realização da receita corrente foi de 106%, da receita de capital de 52%, pelo que o global apresenta uma execução, face ao orçamento corrigido, de 90%.

O gráfico seguinte ilustra a composição da receita arrecadada pelo Município de Ovar em 2013.



Deste gráfico sobressai a importância das 3 componentes da receita do Município de Ovar, as quais em conjunto e no ano de 2013, correspondem a 65% do total, Impostos Directos e transferências correntes e de capital.

A análise da execução orçamental evidencia ainda o seguinte ao nível da **Receita corrente**:

- Os **Impostos Directos** proporcionaram uma receita superior a **11 Milhões de Euros** aos cofres camarários, pelo que, comparativamente com o ano anterior, apresentam uma taxa de crescimento de **16%**. Nesta rubrica estão englobadas as receitas oriundas do Imposto Municipal de Imóveis, do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, da Derrama, do Imposto Único de Circulação e dos Impostos Abolidos.

No Capítulo 4 deste Relatório de Gestão, dedicado à Evolução Económica e Financeira, especificamente, no subtítulo dos **proveitos 4.1.1.2 – Impostos e Taxas**, encontra-se um quadro resumo que evidencia ao pormenor o comportamento de cada uma das rubricas dos Impostos Directos, Indirectos e das Taxas, pelo que a sua leitura não deverá ser dispensada, nesta fase da

análise de contas do Município de Ovar. Desse quadro destaca-se o crescimento percentual de todas as componentes de proveitos oriundas de Impostos Directos: o IMI gera mais 12,3%, o IUC – Imposto único de circulação cresce 28,4%, o Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Bens Imóveis, apresenta uma evolução favorável de 14,5% e a Derrama de 30,5%.

- No âmbito dos **Impostos Indirectos** releva o crescimento da receita de Loteamentos e Obras pagos por empresas, face às quebras observadas nos proveitos referentes à ocupação da via pública e publicidade, explicadas também pela entrada em vigor do Licenciamento Zero. Assim, recentrando a análise na execução orçamental verifica-se que a receita proveniente de Impostos Indirectos regrediu 16%, sendo que ao nível das Taxas, Multas e Outras Penalidades observa-se um aumento de 9%, maioritariamente explicado pelo comportamento da rubrica de Mercados e Feiras e pelo valor resultante das inspecções a elevadores realizadas.

- No contexto dos **Rendimentos de Propriedade Municipal** e, à semelhança de outros anos, importa sublinhar a receita proveniente da Concessão da EDP – 1,083 M €uros – bem como a receita do ano oriunda do Contrato celebrado com a Adra SA, no valor de 1,470 M €uros. Nota importante: no ano de 2013 registou-se o cumprimento da obrigação contratual da ADRA SA, com o pagamento da última parte relativa à retribuição devida pela afectação das infra-estruturas de água e saneamento aquela entidade, decidida no final do ano de 2009, e formalizada em 2010 – vide mapa resumo da ADRA, no capítulo 4.1.1.5 – Proveitos e Ganhos Financeiros

- Por fim, em matéria de **Receitas Correntes** regista-se que as Transferências Correntes se mantiveram ao nível do ano anterior, assumindo particular importância os valores provenientes do Orçamento de Estado e de projectos co-financiados pelo QREN, Quadro Comunitário que, em 2013, tinha previsto o fim do seu ciclo de vigência, sendo certo que existem ainda alguns projectos, em fase de encerramento e outras candidaturas a serem apreciadas, tendo em vista a aplicação dos saldos remanescentes dos fundos comunitários, o acréscimo de execução e de transferências, procurando-se, deste modo, não devolver participações e fundos à União Europeia. Em complemento desta nota explicativa deverá ser relacionada a informação constante no relatório referente ao capítulo 4.1.1.3 dos proveitos – Transferências e Subsídios Obtidos.

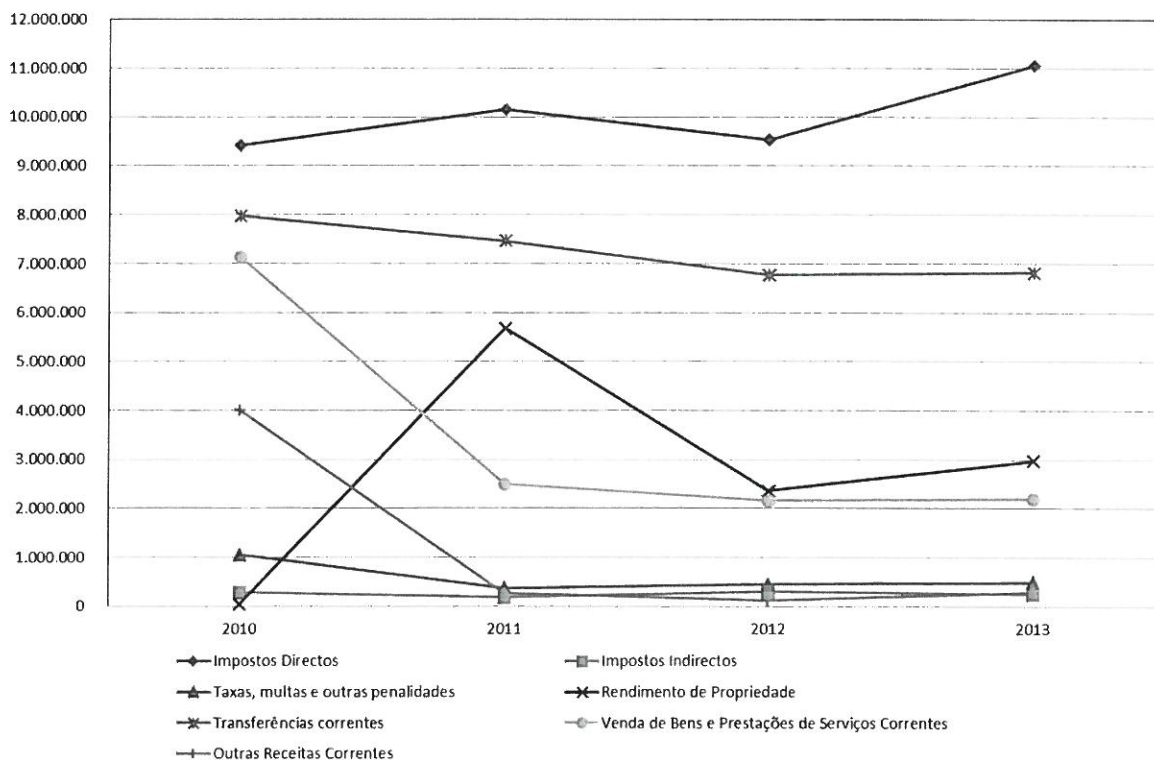
No que se refere à **Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes**, a execução do orçamento evidencia uma evolução favorável, com um incremento de 2%, sendo certo que, por comparação com o ano anterior, regista-se o facto da extinção da Fundação de Carnaval de Ovar, ter implicado a assunção, pela autarquia, da organização do Carnaval de 2013, uma vez mais em condições

climatéricas desfavoráveis. Assim, esta rubrica regista receita orçamental bruta no valor de 143 336 €uros do Carnaval de Ovar, 68 972 €uros do funcionamento do Centro de Arte, 280 824€ da Piscina Municipal e serviços desportivos, e ainda 1,080 M €uros de tarifa de RSU's, 263 333 €uros do funcionamento das cantinas escolares, bem como 127 347 €uros de rendas de imóveis municipais.

- Por último, a execução orçamental espelha a rubrica de **Outras Receitas Correntes**, a qual, em 2013 acolheu, excepcionalmente, o produto do Iva reembolsado, fruto de um procedimento desencadeado junto da Autoridade Tributária, com recurso à prestação de serviços da Deloitte. Regista-se em Outras receitas correntes um valor de 287 569 €uros.

De seguida, representa-se em gráfico o comportamento e a evolução das várias rubricas componentes da Receita Corrente, ao longo dos últimos quatro anos, sendo certo que, em 2010, a Receita Corrente atingiu um patamar recorde de 29,930 M €uros – aquando da adesão da autarquia à ADRA SA, encontrando-se ainda o Município a explorar os sistemas de água e saneamento – tendo a receita corrente regressado, em 2013, a níveis inferiores a 2009, ano em que se verificou uma entrada de fundos superior a 25,627 M €uros, com a integração dos SMAS na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Ovar.

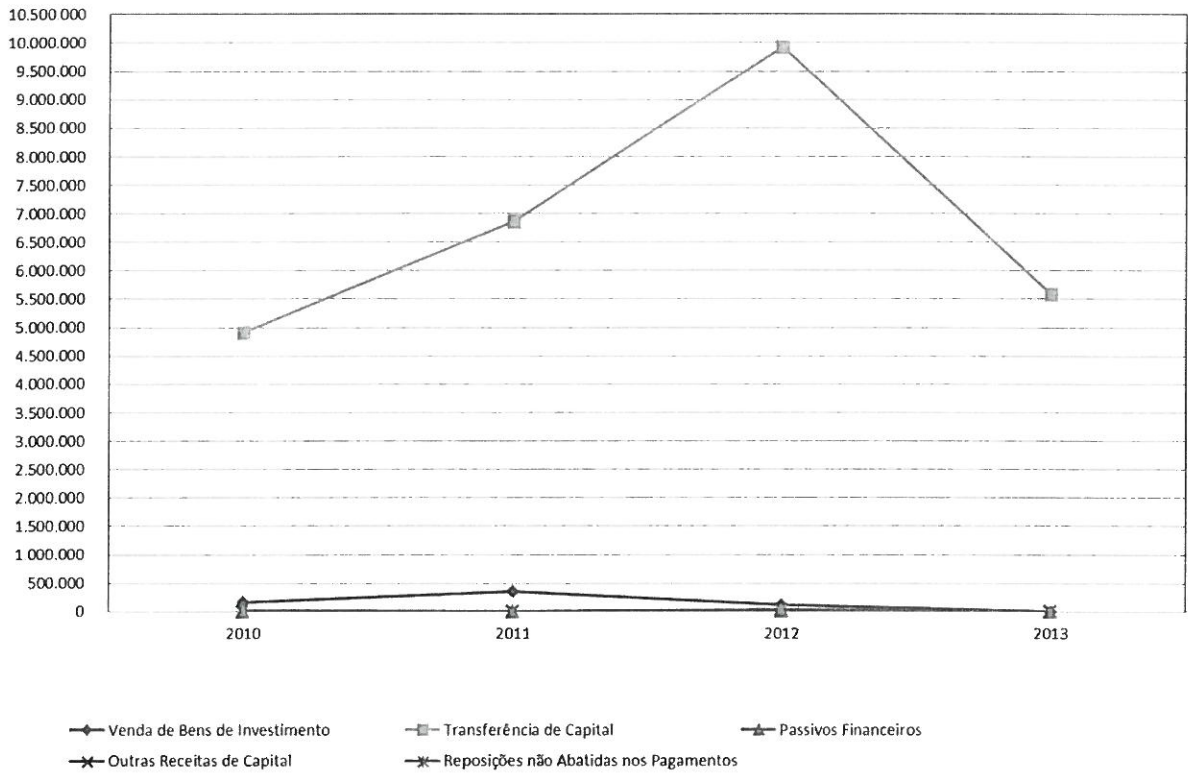
Receita Corrente Cobrada (2010 a 2012)



No que se refere à **Receita de Capital** arrecadada em 2013 observa-se que a execução de 52% traduz o facto de não se ter procedido à alienação de património imobiliário do Município, assim como não foi possível obter a totalidade das participações contratadas, cujos contratos de financiamento só serão encerrados em 2014, após as respectivas recepções das empreitadas. No âmbito do “overbooking” do POR Centro – Mais Centro, (mecanismo de reafecção dos saldos remanescentes do QREN) – não foi possível, em 2013, formalizar qualquer candidatura, pois, apesar de várias vezes anunciado e previsto ao longo do ano, o mesmo só veio a concretizar-se em 2014, permitindo a apresentação de candidaturas para equipamentos como a Aldeia do Carnaval de Ovar, da Casa da Junta de Freguesia de S. João – pólo de capacitação e inovação social, de um conjunto de intervenções de promoção integrada de mobilidade sustentável e segurança rodoviária na cidade de Esmoriz.

O gráfico seguinte evidencia o comportamento das principais componentes de **receita de capital** ao longo dos anos, demonstrando claramente a importância das transferências de capital no contexto global da receita municipal. Também neste capítulo, a arrecadação de 5,6 M de €uros de receita de capital faz regressar esta tipologia de receita a parâmetros, não excepcionais, como aconteceu nos anos de 2011 e 2012, em que a influência dos fundos comunitários foi absolutamente extraordinária, reflectindo-se em arrecadações de receita invulgares na autarquia.

Receita Capital Cobrada (2010 a 2012)



O Quadro resumo que, de seguida se apresenta, mantendo a coerência na análise dos dados da execução orçamental, evidencia a distribuição da **Despesa Orçamental no ano**. Em 2013, a autarquia pagou **Despesa Corrente no valor de 16 875 799 €uros** e **Despesa de Capital no montante de 9 949 060 €uros**, de onde resulta que o valor da **despesa total paga foi de 26 824 859 uros**, o que significa um valor relativo da despesa corrente de 63% e de 37% de despesa de capital. Por comparação com o ano de 2012, e em termos globais, regista-se que a despesa corrente observou um acréscimo de 5%, e a despesa de capital uma quebra de 44%, pelo que globalmente o decréscimo da despesa municipal realizada foi de 21%.

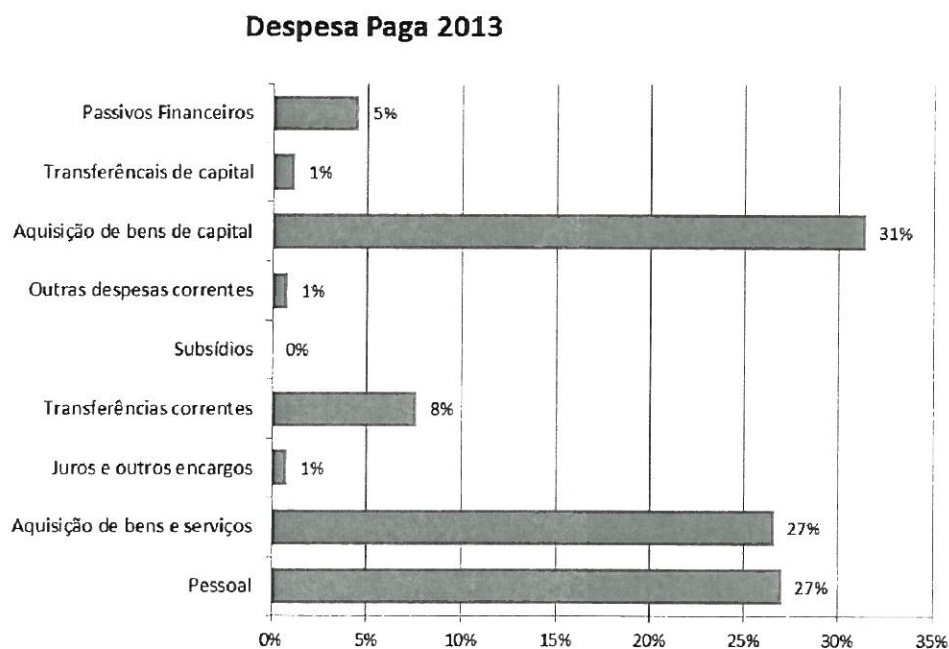
Acresce referir que, também no ano de 2013 se cumpriu a **regra de ouro do equilíbrio financeiro**, ou seja, a totalidade da receita corrente arrecadada paga a totalidade da despesa corrente efectuada, libertando 7,211 M €uros para a realização de Despesas de Capital/investimento. Face ao orçado corrigido a taxa de execução da despesa corrente foi de 84%, da despesa de capital foi de 50%, pelo que o geral foi de 67%.


CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA 2013

Rubricas	Orçamento Inicial 2013	Dotação Corrigida 2013	Despesa Paga 2013	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2012	Taxa de Crescimento
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal	7 488 200	8 137 648	7 251 756	89%	27%	6 462 296	12%
Aquisição de bens e serviços	8 197 150	9 076 707	7 145 130	79%	27%	7 283 549	-2%
Juros e outros encargos	196 000	281 500	216 531	77%	1%	209 920	3%
Transferências correntes	2 096 450	2 392 470	2 046 068	86%	8%	1 885 276	9%
Subsídios	0	0	0	0%	0%	0	0%
Outras despesas correntes	218 400	292 155	216 314	74%	1%	224 671	-4%
Total Desp. Corrente	18 196 200	20 180 480	16 875 799	84%	63%	16 065 711	5%
DESPESAS CAPITAL							
Aquisição de bens de capital	15 279 500	17 775 336	8 425 812	47%	31%	15 313 327	-45%
Transferências de capital	526 336	578 620	310 256	54%	1%	616 853	-50%
Ativos Financeiros	210 000	210 000	0	0%	0%	0	---
Passivos Financeiros	822 000	1 222 000	1 212 992	99%	5%	1 995 172	-39%
Total Desp. Capital	16 837 836	19 785 956	9 949 060	50%	37%	17 925 352	-44%
Total Geral da Despesa	35 034 036	39 966 436	26 824 859	67%	100%	33 991 063	-21%


No capítulo da **Despesa Corrente** assumem especial relevância as despesas com pessoal, (27% do global), as despesas com a aquisição de bens e serviços, (27% do total) e as transferências correntes que representam 8% da despesa paga. Neste conjunto concentra-se 62% do total das despesas assumidas e pagas pela autarquia no ano em evidência.

Nas **Despesas de Capital**, a aquisição de bens de capital (rúbrica idêntica ao Plano Plurianual de Investimentos), representou em 2013, cerca de 31% do total e os Passivos financeiros, (amortização de empréstimos) 5% deste valor, conforme o demonstra o gráfico seguinte:






Uma observação comparada da Despesa Corrente efectuada entre 2012 e 2013 evidencia um crescimento de 12% nas Despesas com Pessoal, um acréscimo de 9% das transferências efectuadas, um ligeiro decréscimo de 2% na aquisição de bens e serviços e, nas outras Despesas Correntes, uma quebra de 4%.



A **evolução das Despesas com Pessoal** resultou quase exclusivamente da declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, da suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal, conforme previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2013, o que veio a ser corrigido no decurso do ano, fazendo aumentar a despesa processada, por comparação com 2012, conforme se explica no capítulo do relatório 4.1.2.3 dos Custos com pessoal.

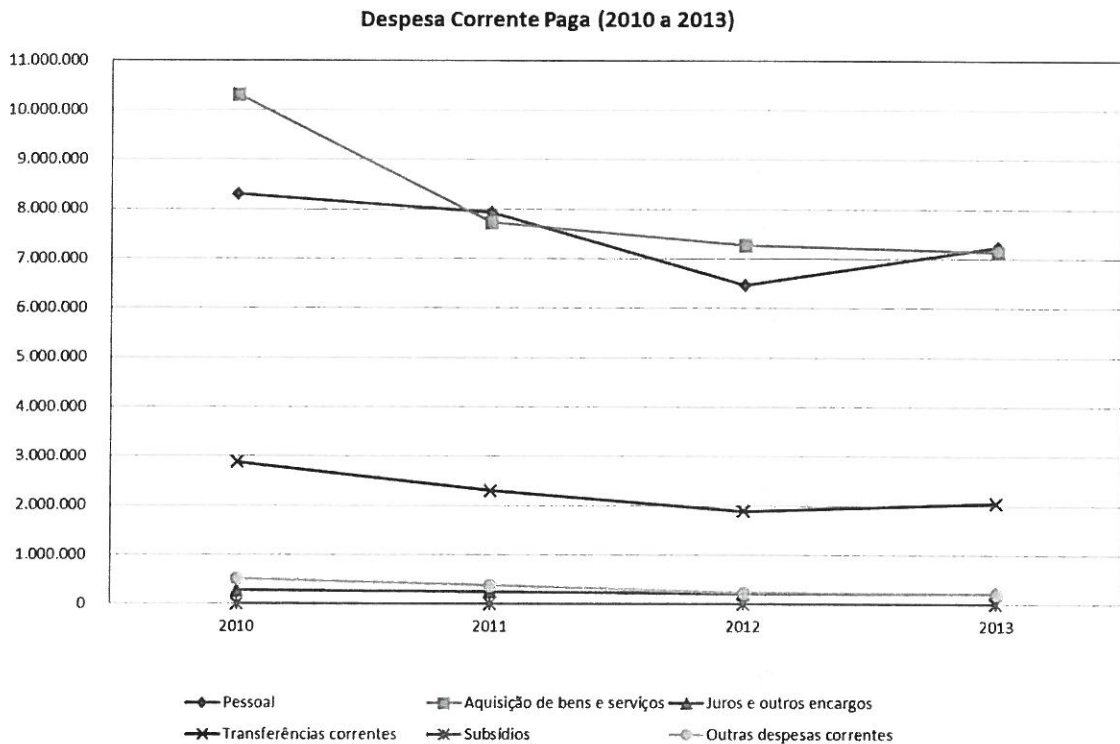


A **Aquisição de Bens e Serviços** sofre um pequeno decréscimo, de 2%, sendo que esta rubrica é influenciada por um conjunto vasto de sub-rubricas, as quais assumem comportamentos diversos e que se encontram explicados, em pormenor, no capítulo 4.1.2.2 dos custos, sob a epígrafe *Fornecimentos e Serviços Externos*. De referir que, em termos orçamentais, o Município pagou despesa, em 2013, à ERSUC 1,699 M €uros, de Iluminação Pública e electricidade 1,635M€, de refeições escolares 605 702 €uros, de serviços especializados inerentes à programação cultural 504 000 €uros, de combustíveis 247 593 €uros, de encargos de cobrança com a receita 247 000 €uros e de vigilância e segurança 222 830 €uros. Importa ainda considerar, também neste capítulo, que o Município de Ovar organizou o Carnaval de 2013, tendo assumido todos os procedimentos que, até à data, eram competência da Fundação do Carnaval de Ovar, especificamente em matéria de aquisição de bens e serviços e de transferências correntes para os Grupos e escolas de samba e para as instituições que participaram no Carnaval Infantil, entre outros.

No capítulo das **Transferências Correntes** regista-se um aumento comparado de 9%, efeito da organização do Carnaval, (note-se que o valor anteriormente transferido para a Fundação de Carnaval organizar os festejos era classificado como Despesa de capital), mas também das alterações resultantes da contratualização da delegação legal de competências nas Juntas de Freguesias, (por via da entrada em vigor da Lei nº 75/3013), o que permitiu um acréscimo substancial destas transferências municipais, em resultado do programa de acção para o mandato 2013/2017 (vide capítulo 4.1.2.4 do relatório de gestão, no que se refere aos custos inerentes às transferências e subsídios correntes concedidos). Para além destas transferências, foi ainda revisto e aumentado o valor global contratualizado com os Clubes Desportivos para a época de 2013/2014,

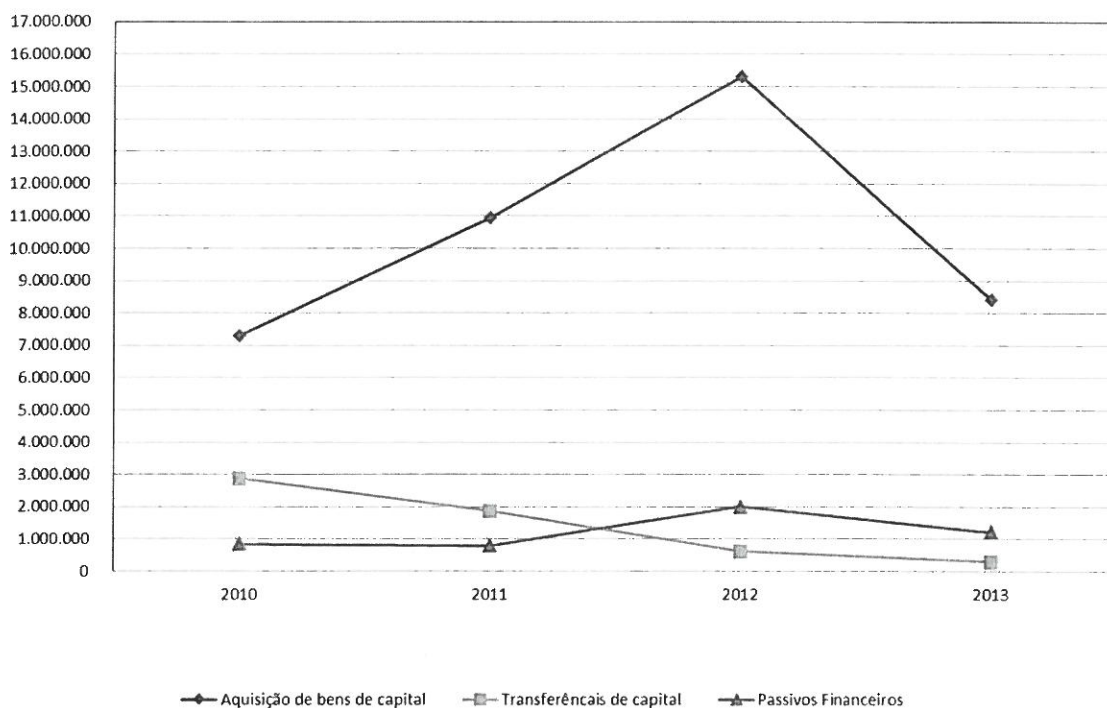
fruto de um conjunto de pressupostos diferentes, na interpretação e aplicação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Concelhio.

O gráfico seguinte traduz a evolução da despesa corrente paga no último quadriénio, 2010/2013.



De seguida, apresenta-se a evolução da **Despesa de Capital** paga ao longo dos últimos 4 anos, de onde se apreende a importância da rubrica aquisição de bens de capital (que será detalhada na análise da execução das Grandes Opções do Plano de 2013 deste relatório), assim como o valor das despesas inerentes às transferências de capital, também afectado em 2013 pela nova Lei nº 75/2013 e o resultado do esforço financeiro orientado para a amortização de passivos financeiros, empréstimos de longo prazo ao longo do período em causa.

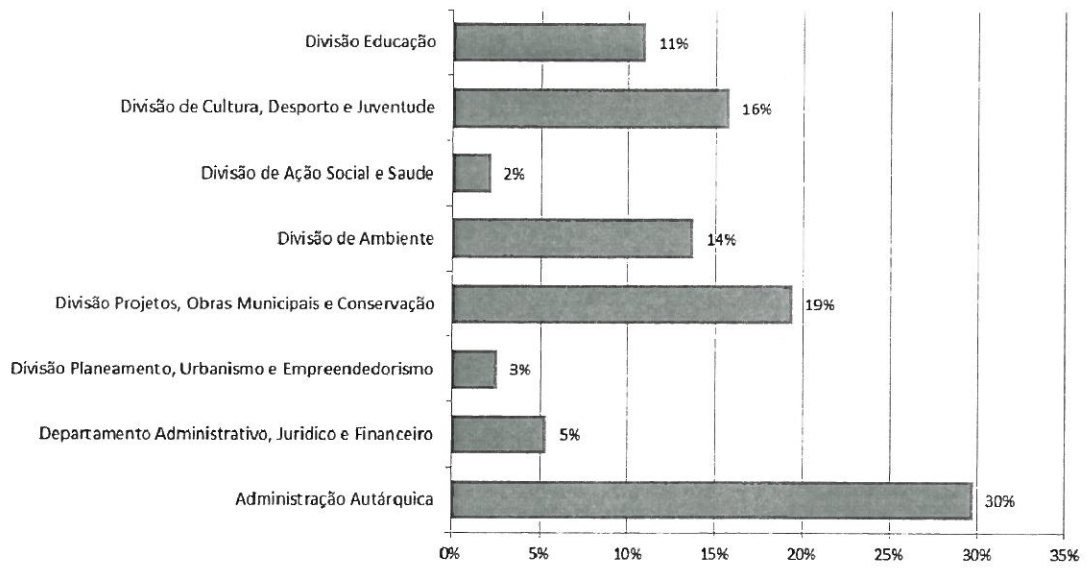
Despesa Capital Paga (2010 a 2013)



Concluída que se encontra a análise da execução orçamental do ano, segundo a classificação económica e, à semelhança de anos anteriores, apresenta-se um quadro resumo e respectivo gráfico referente à **classificação orgânica da despesa municipal realizada em 2013**, bem como os dados que permitem estabelecer comparações, em cada rubrica, com o ano anterior.

Rubricas	Dotação Corrigida 2013	Despesa Paga 2013	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2012	Taxa de Crescimento
01 - Administração Autárquica	10.029.009	7.992.569	80%	30%	8.119.498	-2%
0101 - Assembleia Municipal	56.400	25.926	46%	0%	40.693	-36%
0102 - Câmara Municipal	7.126.236	5.458.040	77%	20%	4.865.870	12%
0103 - Operações Financeiras	1.503.500	1.429.524	95%	5%	2.205.091	-35%
0104 - Gabinete de Apoio à Presidência	158.200	144.460	91%	1%	137.914	5%
0105 - Protecção Civil	319.820	292.171	91%	1%	290.030	1%
0106 - Serviço de TIC e Modernização Administrativa	417.280	305.660	73%	1%	280.922	9%
0107 - Gabinete de Candidaturas Auditoria e Qualidade	136.573	87.409	0%	0%	72.350	0%
0108 - Gabinete de Apoio à Vereação	116.500	83.033	71%	0%	71.085	17%
0109 - Serviço de Veterinária	78.800	63.447	81%	0%	63.810	-1%
0110 - Gabinete de Comunicação	115.700	102.899	89%	0%	91.732	12%
02 - Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro	1.091.030	1.451.656	77%	5%	1.434.665	1%
0201 - Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro	527.350	410.334	78%	2%	433.325	-5%
0202 - Divisão Financeira	655.380	514.249	78%	2%	503.584	2%
0203 - Unidade Flexível 3º Grau - Adm. e de Atendimento	378.900	313.693	83%	1%	283.219	11%
0204 - Divisão de Recursos Humanos	329.400	213.380	65%	1%	214.537	-1%
03 - Divisão Planeamento, Urbanismo e Empreendedorismo	1.462.490	687.824	47%	3%	2.399.682	-71%
04 - Divisão Projetos, Obras Municipais e Conservação	10.613.433	5.221.941	49%	19%	3.489.308	50%
05 - Divisão de Ambiente	4.343.732	3.695.326	85%	14%	6.661.304	-45%
06 - Divisão de Ação Social e Saúde	1.410.055	588.962	42%	2%	672.210	-12%
07 - Divisão de Cultura, Desporto e Juventude	5.811.356	4.237.987	73%	16%	4.670.237	-9%
0401 - Serv. Biblio. Ação Cult e Esp.Part. Histor.Museu e Tur	3.487.859	2.708.780	78%	10%	1.618.060	67%
0402 - Serviço Desporto e Juventude	2.269.550	1.489.345	66%	6%	3.052.177	-51%
0403 - Divisão Cultura, Desporto e Juventude	53.947	39.861	74%	0%		
08 - Divisão Educação	4.405.330	2.948.594	67%	11%	6.544.159	-55%
Total Geral da Despesa	39.956.436	26.824.859	67%	40%	33.991.063	-21%

Despesa Paga por Orgânica 2013



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

2. A EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2013

Rubricas	Dotação Corrigida 2013	Realização Financeira 2013	Tx. Execução Financeira 2013	Valor Relativo 2013	Realização Financeira 2012	Tx Crescimento
EDUCAÇÃO	3 569 900	2 326 200	65%	15%	5 936 742	-61%
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	43 000	0	0%	0%	0	---
ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	390 000	78 066	20%	0%	147 172	-47%
APOIOS ESCOLARES CORRENTES	919 500	701 220	76%	4%	745 853	-6%
CENTROS ESCOLARES	2 004 600	1 397 420	70%	9%	4 890 863	-71%
TRANSFERENCIAS - INSTITUIÇÕES SEM FINS	25 000	13 745	55%	0%	36 442	-62%
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	187 800	135 749	72%	1%	116 412	17%
CULTURA, DESP. JUVENTUDE/TEMPOS LIVRES	4 166 646	2 980 623	72%	19%	3 748 717	-20%
CULTURA	2 662 146	2 021 171	76%	13%	1 160 264	74%
DESPORTOS E TEMPOS LIVRES	1 504 500	959 452	64%	6%	2 588 454	-63%
AÇÃO SOCIAL	487 200	280 142	58%	2%	351 661	-20%
APOIOS SOCIAIS	215 000	109 697	51%	1%	130 827	74%
TRANSFERENCIAS - INSTITUIÇÕES SEM FINS	272 200	170 445	63%	1%	220 835	-63%
SAÚDE	325 000	229 977	71%	1%	167 595	0%
UNIDADES DE SAUDE	80 000	0	0%	0%	---	---
TRANSFERENCIAS - INSTITUIÇÕES SEM FINS	245 000	229 977	94%	1%	167 595	-23%
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	4 130 591	2 169 643	53%	14%	3 060 590	-29%
HABITAÇÃO	501 000	8 543	2%	0%	80 966	-89%
PLANEAMENTO URBANÍSTICO	100 000	23 890	24%	0%	18 248	31%
PLANO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1 453 591	1 312 230	90%	8%	1 364 371	-4%
URBANIZAÇÃO	975 000	501 126	51%	3%	842 772	-41%
ARRANJOS URBANÍSTICOS	431 000	126 176	29%	1%	562 057	-78%
INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS	670 000	197 678	30%	1%	192 177	3%
ÁGUAS PLUVIAIS E HIGIENE PÚBLICA	1 869 447	1 750 536	94%	11%	1 753 470	0%
REDE DE AGUAS PLUVIAIS	50 000	36 305	73%	0%	20 559	77%
HIGIENE PÚBLICA E LIMPEZA	1 764 447	1 714 232	97%	11%	1 732 911	-1%
CEMITERIOS	55 000	0	0%	0%	0	---
PROTEÇÃO CIVIL	309 676	292 171	94%	2%	290 030	1%
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	17 500	0	0%	0%	0	---
APOIO A CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS	292 176	292 171	100%	2%	290 030	1%
DESENV. ECONÓMICO	145 100	65 703	45%	0%	1 106 014	-94%
MERCADOS E FEIRAS	65 000	39 801	61%	0%	893 423	-96%
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO	80 100	25 901	32%	0%	212 591	-88%
COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	6 655 933	2 652 440	40%	17%	972 614	173%
REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	6 515 933	2 636 729	40%	17%	872 373	202%
SINALIZAÇÕES, TRÂNSITO E TOPONÍMIA	110 000	9 562	9%	0%	99 850	-90%
ESTACIONAMENTOS	30 000	6 149	20%	0%	391	1474%
DEFESA DO MEIO AMBIENTE	550 500	316 636	58%	2%	3 407 700	-91%
PARQUES E JARDINS	490 500	288 565	59%	2%	3 395 472	-92%
DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO	60 000	28 071	47%	0%	12 228	130%
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	2 698 163	1 701 439	63%	11%	772 536	120%
CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E AQUISIÇÃO	2 046 363	1 255 693	61%	8%	386 335	225%
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	265 000	178 634	67%	1%	138 579	29%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	386 800	267 112	69%	2%	247 622	8%
APOIO À INSTALAÇÃO DAS JUNTAS FREGUESIA	401 539	65 060	16%	0%	125 663	-48%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	302 733	237 733	79%	2%	282 935	-16%
JUNTAS DE FREGUESIAS - PROTOCOLO	237 733	237 733	100%	2%	266 133	-11%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	65 000	0	0%	0%	16 801	-100%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	658 214	605 642	92%	4%	551 987	10%
JUNTAS DE FREGUESIA - PROTOCOLO	535 214	532 949	100%	3%	503 246	6%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	123 000	72 693	59%	0%	48 741	49%
ATIVOS FINANCEIROS	210 000	0	0%	0%	0	---
TOTAL	26 480 644	15 673 946	59%	100%	22 528 454	-30%

A execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, reúne a execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa das Atividades Mais Relevantes, cujos balancetes constam do presente relatório de gestão. Em 2013 a execução financeira das GOP's foi de 59%, o que representou um decréscimo de 30% face ao ano anterior.

Da análise da execução do Balancete das GOP's 2013 evidencia-se as principais prioridades de investimento no ano, a saber:

- A Educação assimilou 15 % do total investido, o que correspondeu a uma realização financeira de 2 326 200 €uros, de onde se destaca a construção do Centro Escolar da Regedoura, em Válega, o valor dos apoios escolares correntes – 701 219 €uros e as transferências para os Agrupamentos de Escolas – 135 749 €uros.

- A Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, onde foram investidos 2 980 623 €uros, correspondeu a 19% do global, nos quais merecem especial referência investimentos como a Escola de Artes e Ofícios de Ovar, o Espaço Empreendedor, a organização do Carnaval 2013, toda a programação cultural realizada ao longo do ano, a conclusão do Pavilhão Gimnodesportivo de Arada, as transferências para as Associações Culturais e Desportivas, a ciclovia de ligação Ovar – Estarreja, no âmbito do Cicloria, entre outros.

- À rubrica Habitação e Urbanização foi também afectado um montante de 2 169 643, cerca de 14% do valor total investido nas GOP's, de onde releva o investimento em iluminação pública e medidas de eficiência energética e na urbanização, nomeadamente nos processos pendentes de aquisição de terrenos do Parque Urbano, no arranjo urbanístico do Loteamento Municipal na Praia do Furadouro, na reabilitação da ponte da Igreja e acesso norte, em Válega, no arranjo na envolvente ao parque desportivo de Arada, para além de outras obras de menor dimensão e valor. No final de 2013, mas ainda sem expressão financeira, consignámos a obra de construção dos 30 Fogos de Habitação Social para realojamento da população do Bairro Piscatório da Praia de Esmoriz.


- Na rubrica Comunicações e Transportes foram igualmente investidos 17% do total das GOP's, ou seja um valor de 2 652 440 €uros, com especial incidência na reabilitação da rede viária em todas as Freguesias do Concelho, em particular em Esmoriz e Válega.

- Por fim, a Administração Municipal, onde foram investidos 11% do valor total das GOP's, (cerca de 1 701 439 €uros), de onde releva a construção da Aldeia do Carnaval de Ovar, para além de outros investimentos assumidos com a aquisição de diverso equipamento, software e custos de administração geral.


Conclusões:

- O ano de 2013 foi um ano atípico de actividade municipal, pois para além de um acto eleitoral intercalar para a Junta de Freguesia de Esmoriz, foram realizadas eleições autárquicas, no final do mês de Setembro, que ditaram o fim de um ciclo político e determinaram o início de uma nova era na gestão da Câmara Municipal de Ovar. Por isso, este relatório de gestão reflecte quase 10 meses de trabalho autárquico sob orientação de um Plano de Acção que vigorou no mandato

2009/2013 e os primeiros dois meses e meio de uma nova linha de acção que conduzirá os destinos municipais até 2017.



- Para além disso, tratou-se de um ano de muitas mudanças e ajustes, nomeadamente legais, que conduziram por exemplo, à extinção da Fundação de Carnaval, à alienação da parte do capital municipal na Ovarforma EM e à sua transformação numa sociedade de capitais exclusivamente privados, alterações na organização político-administrativa das juntas de freguesia do Concelho e uma nova Lei das Finanças Locais, que entrou em vigor no passado dia 01 de Janeiro de 2014.



- Ainda em 2013, acompanhamos a fase final de execução do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, nos vários programas (PORC, POVT, POPH entre outros), e em articulação com a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e a Universidade de Aveiro, arrancou a preparação do Novo Quadro Comunitário, que vigorará entre 2014 e 2020, e que visa operar uma transformação profunda em toda a Região, valorizando os projectos imateriais e o estabelecimento efetivo de parcerias que se traduzam em desenvolvimento económico, empreendedorismo e inclusão social.

- Por fim, foi no ano de 2013, que começaram as obras de construção das redes de saneamento em quase todas as Freguesias do Concelho, que estavam deficitárias desta infra-estrutura, pois apenas cerca de 50% da população do Concelho se encontra servida com redes de águas residuais e saneamento.

- Em 2013, o Município de Ovar cumpriu todas as determinações da Lei do Orçamento de Estado, nomeadamente no que respeita à redução de pessoal, aos limites de endividamento líquido e ao endividamento de médio e longo prazo, tendo utilizado o aumento da receita do IMI na redução extraordinária de empréstimos de médio e longo prazo, por imperativo legal. Mais, foi apurado um resultado líquido do exercício de 4,084 M de Euros.

Por último, cumpre-me agradecer a todos os que colaboraram na preparação deste documento de prestação de contas, aos serviços municipais e a todas as entidades que, ao longo do ano, ajudaram à concretização dos desideratos e planos de acção municipal e, em especial, a todos os autarcas, que ao longo de 2013, deram o melhor de si, do seu trabalho e da sua disponibilidade para ajudar a construir um Concelho mais sustentável e sustentado. Um Território com Futuro e Esperança!

Ovar, 31 de Março de 2014

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar,



Salvador Malheiro

3. MOVIMENTOS FINANCEIROS

3.1 Movimentos Financeiros

O Município de Ovar apresentou, durante o ano de 2013, um total de **31.616.299 euros** relativo a cobranças efetuadas, sendo 29.688.416 euros respeitantes a receitas orçamentais e 1.927.883 euros, relativos a recebimentos provenientes de operações de tesouraria. Se ao total já mencionado se adicionar o saldo da gerência anterior, no montante de 7.650.618 euros, verifica-se uma entrada de fundos no valor de 39.266.917 euros, conforme demonstra o quadro seguinte.

(euros)			
Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior	6.398.452	1.252.167	7.650.618
Recebimentos	29.688.416	1.927.883	31.616.299
Pagamentos	26.824.859	2.064.063	28.888.922
Saldo para a Gerência Seguinte	9.262.009	1.115.986	10.377.995

Relativamente aos pagamentos efetuados, constata-se que o Município de Ovar realizou **pagamentos no montante de 28.888.922 euros**, sendo 26.824.859 euros resultantes de pagamentos relativos a operações orçamentais e 2.064.063 euros respeitantes a pagamentos de operações de tesouraria.

Dado que o valor global dos recebimentos, incluindo o saldo da gerência anterior, é superior aos pagamentos efetuados, **o saldo para a gerência seguinte ascende ao montante de 10.377.995 euros**. Deste montante, 9.262.009 euros referem-se a operações orçamentais e 1.115.986 euros respeitam a operações de tesouraria.

3.2 Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

A análise a efetuar de seguida tem como objetivo o cálculo do **Saldo Real do Exercício**, indicador que inclui também os encargos não pagos no exercício.

Conforme se verifica no quadro seguinte, no ano de 2013, registou-se um acréscimo do saldo da gerência no valor de **2.863.557 euros**.

(euros)

Designação	2013	2012	Variação
Saldo Inicial de Gerência	6.398.452	8.557.480	-2.159.028
Receitas Correntes	24.087.328	21.705.390	2.381.938
Receitas de Capital	5.599.443	10.105.705	-4.506.262
Receitas Outras	1.645	20.940	-19.295
Receitas Totais	29.688.416	31.832.035	-2.143.619
Despesas Correntes	16.875.799	16.065.711	810.088
Despesas de capital	9.949.060	17.925.352	-7.976.292
Despesas Totais	26.824.859	33.991.063	-7.166.204
Saldo Corrente	7.211.529	5.639.678	1.571.850
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
Saldo de Capital	-4.349.616	-7.819.646	3.470.030
Receitas de Capital - Despesas de capital			
Saldo do Exercício	2.863.557	-2.159.028	5.022.585
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
Encargos não pagos*	31.275	0	31.275
Encargos transitados de anos anteriores	0	385.911	-385.911
Saldo Real do Exercício	2.832.282	-1.773.117	4.605.399
Saldo do exercício - Encargos não pagos			
+ Encargos transitados de anos anteriores			
Saldo da Gerência	9.262.009	6.398.452	2.863.557
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do exercício			

* Corresponde à diferença entre o valor facturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

No que se refere ao **Saldo Real do Exercício**, observa-se também um acréscimo de 4.605.399 euros, em comparação com o ano anterior. Esta variação resulta quer do aumento das receitas correntes, que determinou o acréscimo do saldo corrente, quer da diminuição significativa das despesas de capital, que provocou um acréscimo do saldo de capital, apesar deste ainda se apresentar negativo, no ano de 2013. A diminuição das despesas de capital decorre do menor volume de investimento realizado pela autarquia, no ano de 2013 face ao ano anterior, conforme se comprova na execução do respetivo plano plurianual.

4. EVOLUÇÃO ECONÓMICO- FINANCEIRA

De acordo com o previsto no ponto 13 - Relatório de Gestão, alínea b), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), este capítulo destina-se a efetuar uma análise da situação económico-financeira do Município de Ovar, no que diz respeito ao ano de 2013. Os documentos contabilísticos de suporte desta análise serão o Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza.

4.1 Demonstração de Resultados por Natureza

Através da análise da Demonstração de Resultados por Natureza é possível aferir o desempenho da autarquia, sendo explicitados os valores dos custos e proveitos que contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício. Desta forma, no ano de 2013, o Município de Ovar apresenta um **Resultado Líquido do Exercício** no valor de **4.084.219 euros**, em consequência da existência de um total de **Custos de 22.168.144 euros** e de **Proveitos no valor de 26.252.364 euros**.

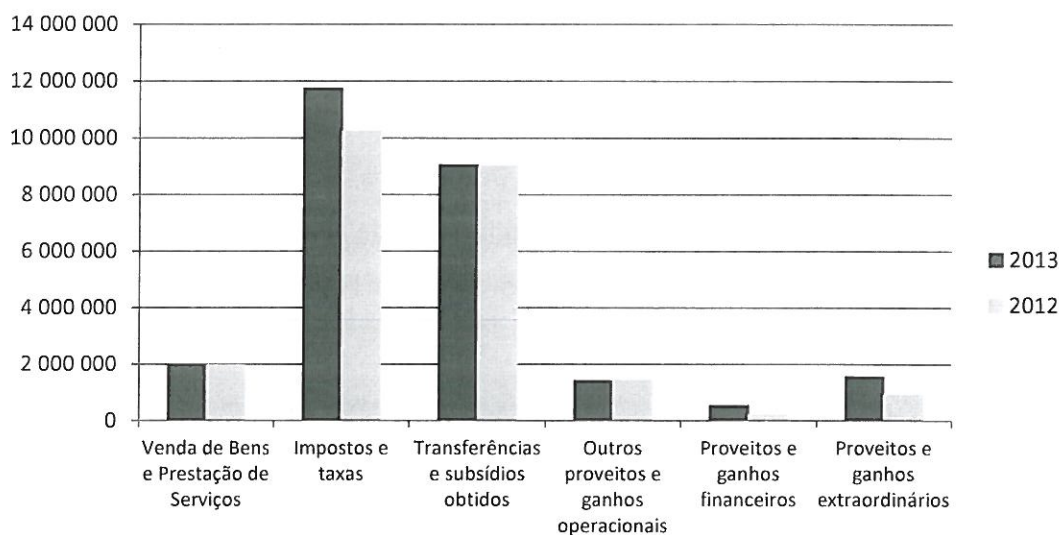
Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e perdas						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	202 211	0,9	218 740	1,1	-16 528	-7,6
Fornecimento e serviços externos	6 907 062	31,2	7 094 569	34,2	-187 506	-2,6
Custos com o pessoal	7 054 858	31,8	6 242 781	30,1	812 077	13,0
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	2 218 068	10,0	1 934 360	9,3	283 708	14,7
Amortizações do exercício	4 256 633	19,2	4 164 780	20,1	91 853	2,2
Provisões do exercício	72 748	0,3	133 749	0,6	-61 001	-45,6
Outros custos e perdas operacionais	152 297	0,7	66 664	0,3	85 634	128,5
Custos e perdas financeiros	139 262	0,6	207 128	1,0	-67 866	-32,8
Custos e perdas extraordinários	1 165 005	5,3	671 368	3,2	493 637	73,5
Total Custos	22 168 144	100,0	20 734 137	100,0	1 434 007	6,9
Proveitos e ganhos						
Venda de bens e prestações de serviços	1 955 352	7,4	1 971 438	8,3	-16 086	-0,8
Impostos e taxas	11 743 173	44,7	10 235 176	43,1	1 507 998	14,7
Transferências e subsídios obtidos	9 047 883	34,5	9 002 873	37,9	45 010	0,5
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 414 430	5,4	1 431 239	6,0	-16 810	-1,2
Proveitos e ganhos financeiros	531 952	2,0	208 330	0,9	323 621	155,3
Proveitos e ganhos extraordinários	1 559 574	5,9	921 372	3,9	638 202	69,3
Total Proveitos	26 252 364	100,0	23 770 428	100,0	2 481 936	10,4
Resultados						
Resultados operacionais	3 296 960		2 785 084		511 876	18,4
Resultados financeiros	392 690		1 203		391 487	32 547,4
Resultados correntes	3 689 650		2 786 287		903 364	32,4
Resultados Extraordinários	394 569		250 004		144 565	57,8
Resultado Líquido do Exercício	4 084 219		3 036 291		1 047 929	34,5

A variação de cada uma das rubricas de custos e proveitos será analisada com mais detalhe nos pontos seguintes.

4.1.1. Evolução dos Proveitos

Pela análise do quadro e do gráfico seguintes, pode observar-se a evolução global dos proveitos, comparativamente com o ano anterior.

Conta	Proveitos	(euros)					
		2013		2012		Variação 2013/2012	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.955.352	7,4	1.971.438	8,3	-16.086	-0,8
72	Impostos e taxas	11.743.173	44,7	10.235.176	43,1	1.507.998	14,7
74	Transferências e subsídios obtidos	9.047.883	34,5	9.002.873	37,9	45.010	0,5
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.414.430	5,4	1.431.239	6,0	-16.810	-1,2
78	Proveitos e ganhos financeiros	531.952	2,0	208.330	0,9	323.621	155,3
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.559.574	5,9	921.372	3,9	638.202	69,3
TOTAL		26.252.364	100,0	23.770.428	100,0	2.481.936	10,4



Os proveitos da autarquia registaram, no ano de 2013, um aumento global de 2.481.936 euros, quando comparados com o ano anterior. Esta variação positiva, de 10,4%, resulta essencialmente do acréscimo verificado nas rubricas de Impostos e Taxas, Proveitos e Ganhos Financeiros e Proveitos e Ganhos Extraordinários. Apesar do peso de todas estas rubricas no total dos proveitos ter aumentado, em consequência desta variação, a estrutura de proveitos manteve-se semelhante à do ano anterior. Os proveitos relacionados com a Venda e Prestação de Serviços, Impostos e Taxas e Transferências e Subsídios Obtidos representam cerca de 87% do total dos proveitos, no ano de 2013, enquanto no ano de 2012 representavam cerca de 89%.



4.1.1.1 Venda de Bens e Prestação de Serviços

Pela análise do quadro seguinte, constata-se que esta rubrica apresenta, em termos globais, uma diminuição de 16.086 euros, a que corresponde uma variação negativa de 0,8%.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de bens						
Publicações e impressos	947	0,0	1.620	0,1	-673	-41,6
Produtos agrícolas	21.744	1,1	374	0,0	21.370	5715,2
Outros bens	14.763	0,8	206	0,0	14.557	7069,4
Prestação de serviços		0,0				
Serviços culturais	143.456	7,3	21.924	1,1	121.531	554,3
Serviços desportivos	227.251	11,6	222.401	11,3	4.850	2,2
Resíduos sólidos	1.103.394	56,4	1.170.204	59,4	-66.809	-5,7
Cemitérios	6.958	0,4	5.050	0,3	1.908	37,8
Parques de estacionamento	21.469	1,1	19.782	1,0	1.686	8,5
Parques de campismo	71.099	3,6	57.954	2,9	13.146	22,7
Vistorias e ensaios	5.525	0,3	6.730	0,3	-1.205	-17,9
Mercados e feiras	2.614	0,1	101.557	5,2	-98.944	-97,4
Cantinas Escolares	263.334	13,5	290.247	14,7	-26.914	-9,3
Outros serviços	72.799	3,7	73.388	3,7	-589	-0,8
TOTAL	1.955.352	100,0	1.971.438	100,0	-16.086	-0,8

No sentido de permitir uma leitura mais completa das variações ocorridas, o quadro acima contém uma diferença face ao ano anterior, que se traduz no facto dos reembolsos e anulações terem sido imputados aos respetivos proveitos, não sendo apresentados de forma autónoma. Dado que algumas rubricas apresentam diminuições, enquanto outras registam aumentos, elencam-se de seguida algumas justificações que permitem a compreensão das respetivas variações:

- No ano de 2013, a rubrica de venda de **Produtos Agrícolas** contempla a alienação de árvores caídas, partidas ou em risco de queda, na sequência da intempérie que se verificou no início deste ano, situação que não se verificou no ano de 2012;
- O aumento ocorrido na rubrica de **Outros bens** resultou da elaboração de um procedimento de venda de sucata, no ano de 2013, cuja receita ascendeu ao montante de 13.703 euros, relacionado com viaturas e equipamento cujo estado de degradação não permitia a sua utilização. No que se refere ao ano anterior, esta rubrica apresentava essencialmente a faturação decorrente da recolha de óleo alimentar usado;
- No que diz respeito aos proveitos associados a **Serviços Culturais**, estes registaram um aumento, em consequência, por um lado, do facto da Câmara Municipal de Ovar ter assumido, no ano de 2013, a organização do Carnaval de Ovar, na sequência da extinção da Fundação de Carnaval de Ovar, e, por outro lado, da programação levada a cabo no Centro de Arte, que se traduziu num maior número de espetáculos e com preços mais elevados, face ao ano anterior. De referir que o valor resultante dos bilhetes vendidos para os desfiles do Carnaval é de cerca de 90.000 euros, sendo que o desfile de domingo foi cancelado em virtude das más condições atmosféricas;

- 
- 
- Uma vez que o número de utentes da piscina se manteve sensivelmente idêntico ao do ano anterior, a ligeira variação ocorrida nos proveitos relacionados com **Serviços Desportivos** encontra a sua principal justificação no aumento dos preços cobrados na piscina municipal de ovar, efetuado no ano letivo 2012/2013, na sequência da alteração do tarifário da Piscina Municipal de Ovar, deliberado em reunião de câmara de 05/07/2012, com reflexo na totalidade do ano de 2013;
 - A variação registada na rubrica de **Resíduos Sólidos (RSU's)** decorre da diminuição do número de clientes ativos face ao ano anterior, efetuada pela Adra – Águas da Região de Aveiro, S.A., consequência ainda da análise mais pormenorizada da listagem de clientes desta prestação de serviços em particular, efetuada em meados do ano de 2012, cuja menor faturação se prolongou por todo o ano de 2013;
 - Relativamente aos proveitos associados à rubrica de **Parques de Campismo**, o aumento verificado não reflete um acréscimo real deste tipo de proveitos. De facto, no ano de 2013, a compensação pela exploração do parque de campismo corresponde a 8% da receita ilíquida anual quando no ano anterior correspondia a 10%, tendo-se verificado uma diminuição real desta receita, uma vez considerados os períodos homólogos. A variação positiva apresentada por esta rubrica resulta de, no ano de 2013, terem sido faturados 15 meses de exploração (4 de 2012 e 11 de 2013) e em 2012 apenas 12 meses (4 de 2011 e 8 de 2012), com o objetivo de assegurar que toda a faturação de um ano é contabilizada no próprio ano;
 - Os proveitos relacionados com a rubrica **Vistorias e Ensaios** apresentaram, à semelhança do ano anterior, uma diminuição, em consequência do menor número de pedidos para realização deste tipo de serviços (59 no ano de 2013 e 89 no ano de 2012);
 - A diminuição apresentada pela rubrica de **Mercados e Feiras** resulta da realização, no ano de 2012, de hasta pública para arrematação de lugares e lojas no mercado municipal de Ova, situação que não se verificou no ano de 2013;
 - No que se refere aos proveitos referentes a **Cantinas Escolares**, estes apresentaram uma diminuição em resultado, por um lado, do menor número de refeições servidas (325.017 refeições em 2013 e 335.078 no ano de 2012) e, por outro, pelo aumento do número de

alunos cuja refeição é totalmente suportada pela autarquia (escalão A), em consequência da atual conjuntura económico-financeira;

- A rubrica de **Outros Serviços** contempla essencialmente valores arrecadados no âmbito das participações das famílias no prolongamento de horário nos jardins-de-infância do concelho de Ovar, sendo que o seu montante se manteve sensivelmente idêntico ao ano de 2012.

4.1.1.2 Impostos e Taxas


A liquidação de **Impostos e Taxas** apresentou um acréscimo de **1.507.997 euros**, a que corresponde uma variação positiva desta rubrica de 14,7%.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
Impostos						
Impostos diretos						
Imposto municipal sobre imóveis	7.367.240	62,7	6.557.818	64,1	809.422	12,3
Imposto único de circulação	1.245.396	10,6	970.290	9,5	275.105	28,4
Imp. municipal s/ transm. onerosas de imóveis	1.206.744	10,3	1.053.503	10,3	153.241	14,5
Derrama	1.237.524	10,5	948.328	9,3	289.197	30,5
Contribuição autarquica	1.099	0,0	1.062	0,0	37	3,4
Impostos indiretos						
Loteamento e obras	67.573	0,6	47.023	0,5	20.550	43,7
Ocupação da via pública	142.913	1,2	162.117	1,6	-19.204	-11,8
Publicidade	39.017	0,3	91.254	0,9	-52.238	-57,2
Outros	1.344	0,0	1.518	0,0	-173	-11,4
Taxas						
Mercados e Feiras	149.997	1,3	133.402	1,3	16.595	12,4
Loteamento e obras	207.829	1,8	211.712	2,1	-3.883	-1,8
Ocupação da via pública	9.124	0,1	9.101	0,1	22	0,2
Caça, uso e porte de arma	309	0,0	244	0,0	65	26,7
Outras taxas e licenças	67.064	0,6	47.803	0,5	19.261	40,3
TOTAL	11.743.173	100,0	10.235.176	100,0	1.507.997	14,7


Conforme se pode constatar pela análise do quadro anterior, a variação que se verifica na rubrica de **Impostos Diretos** contribui de forma decisiva para o aumento global ocorrido neste tipo de proveitos, uma vez que representam, por si só, no ano de 2013, cerca de 94% dos proveitos totais.

As rubricas de Impostos Indiretos e de Taxas, relativas a **Loteamentos e Obras**, registaram um aumento, em termos líquidos, dado que o acréscimo apresentado pelas verbas pagas por entidades empresariais, consideradas como impostos, é superior à diminuição das quantias pagas por particulares, consideradas como taxas.


No que se refere aos proveitos relativos a **Publicidade**, a sua variação negativa prende-se com a entrada em vigor em 02 de maio de 2013 do Licenciamento Zero, criado no âmbito do programa



Simplex, cujo objetivo é reduzir encargos administrativos suportados pelos cidadãos e pelas empresas, eliminando licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para atividades específicas e substituindo estes mecanismos por ações sistemáticas de fiscalização a posteriori e responsabilização efetiva dos promotores. Desta forma, no ano de 2013, não foram renovadas as licenças de publicidade para o ano de 2014, que seriam normalmente arrecadadas entre 15 de novembro e 31 de dezembro de 2013, situação que não ocorreu em 2012.



Os proveitos relativos à rubrica de **Mercados e Feiras** apresentaram uma variação positiva, em virtude de ter cessado a redução em 50% das taxas do mercado municipal de Ovar (deliberada em reunião de câmara de 6 de Outubro de 2011), com efeitos a partir do mês de julho de 2012, refletindo-se o aumento das taxas em todo o ano de 2013.



A diminuição evidenciada pelos proveitos relacionados com a **Ocupação da Via Pública**, pagos por entidades empresariais (impostos), decorre fundamentalmente do decréscimo da receita arrecadada com ocupação da via pública, através de tubos subterrâneos. De facto, por questões que se prendem com alterações de procedimentos administrativos, não foram arrecadadas as licenças desta natureza para o ano de 2014, entre 15 de novembro e 31 de dezembro do ano de 2013, tendo sido cobradas apenas no ano de 2014.

Os proveitos associados à rubrica **Outras Taxas e Licenças** registam um aumento que resulta essencialmente do acréscimo verificado na rubrica de inspeção de elevadores, decorrente do maior número deste tipo de pedidos ocorridos no ano de 2013 (221 no ano de 2013 e 132 no ano de 2012).

4.1.1.3 Transferências e Subsídios Obtidos


A rubrica de **Transferências e Subsídios Obtidos** apresentou, no ano de 2013, um aumento de **45.010 euros**, a que corresponde uma variação positiva de 0,5%.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento do Estado	8.069.783	89,2	8.069.783	89,6	0	0,0
Direção Geral Estabelecimentos Escolares	534.616	5,9	451.480	5,0	83.137	18,4
Direção Geral Administração Interna	22.133	0,2	655	0,0	21.478	3279,2
Instituto Segurança Social	24.942	0,3	35.661	0,4	-10.719	-30,1
IFAP - Inst. Financiamento Agric. e Pescas, IP	16.821	0,2	40.200	0,4	-23.379	-58,2
Direção Geral das Autarquias Locais	84.674	0,9	84.674	0,9	0	0,0
CIRA	0	0,0	12.837	0,1	-12.837	-100,0
Municípios	22.386	0,2	11.688	0,1	10.698	91,5
IFDR - Inst. Finan. p/ Desenv. Regional	114.256	1,3	193.084	2,1	-78.828	-40,8
Instituto do Emprego e Formação Profissional	156.308	1,7	58.739	0,7	97.569	166,1
POPH	0	0,0	42.571	0,5	-42.571	-100,0
Outros	1.964	0,0	1.501	0,0	463	30,8
TOTAL	9.047.883	100,0	9.002.873	100,0	45.010	0,5

A Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), aprovou as verbas a transferir para o Município de Ovar a partir do Orçamento do Estado, mantendo os seus valores idênticos aos do ano de 2012.

No que diz respeito à variação das restantes componentes da rubrica **Transferências e Subsídios Obtidos**, apresentam-se de seguida as suas justificações:

- O aumento ocorrido nas transferências oriundas da **Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)** decorre fundamentalmente da existência de verbas recebidas no ano de 2013 que dizem respeito a anos anteriores. De facto, no ano de 2013, foram enviadas por esta entidade quantias referentes aos anos letivos de 2010/2011 e 2011/2012, reportadas a participações à componente de apoio à família (refeições e prolongamento de horário) e pessoal não docente do pré-escolar, respetivamente.
- A variação que se verificou nas transferências provenientes da **Direção Geral da Administração Interna (DGAI)** resulta da realização, no ano de 2013, de eleições autárquicas gerais, bem como de eleições intercalares na freguesia de Esmoriz, o que não aconteceu no ano de 2012;
- Os montantes transferidos pelo **Instituto da Segurança Social** destinam-se a ser afetos à Comissão de Proteção de Jovens e Menores em Risco, sendo que a sua variação negativa advém do facto de, no ano de 2013, terem sido transferidos valores equivalentes a dois semestres, enquanto no ano de 2012, foram recebidos os valores equivalentes a três semestres. A contabilização destes montantes encontra-se dependente do envio das verbas pelo referido Instituto.

- 
- O funcionamento do Gabinete Técnico Florestal é participado pelos montantes transferidos pelo **IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP**, tendo sido contabilizada, no ano de 2012, a verba relativa quer a esse ano, quer ao ano de 2011, de acordo com o envio destas verbas pelo mencionado Instituto. No ano de 2013, pelo contrário, só foi contabilizada a participação referente ao próprio ano;
 - As verbas provenientes da **Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL)** referem-se à participação desta entidade nos transportes escolares relativos ao 3º ciclo, tendo-se mantido em valores idênticos ao ano anterior;
 - As transferências provenientes da **Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)**, no ano de 2012, respeitam a participações finais relativas à candidatura aprovada no âmbito do projeto +Maria, que teve o seu encerramento nesse mesmo ano, razão pela qual esta rubrica não apresenta qualquer montante no ano de 2013;
 - À semelhança do ano anterior, na rubrica de **Municípios** estão contabilizadas as transferências do Município da Murtosa, relativas ao “Projeto Cicloria”, financiado pelo Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), sendo que este projeto é uma iniciativa promovida pelos Municípios da Murtosa, Estarreja e Ovar, com o objetivo de promover uma rede material e imaterial de promoção e desenvolvimento da mobilidade ciclável;
 - As verbas transferidas pelo **IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional** dizem respeito a participações aos projetos ComOvar e Palco, relativas a pedidos de pagamentos finais, em consequência da execução da candidatura das Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU).
 - No ano de 2012, as transferências provenientes do **Instituto do Emprego e Formação Profissional** referem-se a candidaturas aprovadas no âmbito da reinserção no mercado de trabalho de pessoas desempregadas que auferem apenas o rendimento social de inserção (Contrato Emprego Inserção +), ou de pessoas que se encontram em situação de desemprego. Por seu lado, no ano de 2013, para além da existência de candidaturas da mesma natureza das já mencionadas para o ano de 2012, e em maior número, foram aprovadas candidaturas relativas a 17 estágios enquadrados nas Medidas Estágios Empregos e Passaporte Emprego e no Programa Estágios Profissionais. Assim, o acréscimo substancial que se verificou nestas transferências resulta da existência de um maior número de candidaturas aprovadas no ano de 2013, encontrando-se em execução, neste

ano, um total de 70 contratos resultantes de 15 candidaturas aprovadas, enquanto no ano de 2012 se verificava a existência de 22 contratos celebrados, no âmbito de 5 candidaturas aprovadas.

- No ano de 2012, os montantes transferidos no âmbito do **Programa Operacional Potencial Humano (POPH)** reportam-se às candidaturas aprovadas para estágios nas autarquias locais (PEPAL) com data de início em 01/05/2011 e data de fim em 30/04/2012, não tendo ocorrido transferências desta natureza no ano de 2013.

4.1.1.4 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** registou em 2013 um decréscimo de 16.810 euros, a que corresponde uma variação negativa de 1,2%.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Concessões	1.082.913	76,6	1.061.790	74,2	21.124	2,0
Indem. Estragos Prov. Outr.Viat. Out. Equip.	5.341	0,4	5.253	0,4	89	1,7
Outros	326.175	23,1	364.197	25,4	-38.022	-10,4
TOTAL	1.414.430	100,0	1.431.239	100,0	-16.810	-1,2

À semelhança do ano anterior, o acréscimo que se verifica nos proveitos relacionados com **Concessões** resulta do aumento da renda, no ano de 2013, decorrente do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado entre o Município e a EDP, calculada conforme o previsto no anexo II do Decreto-Lei 230/2008, de 27 de Novembro e transferida numa base trimestral.

Os proveitos contabilizados em **Indemnizações por Estragos** dizem respeito a verbas que se destinaram a ressarcir o Município de Ovar de danos causados em equipamentos de que é proprietário.

O valor mais significativo constante na rubrica **Outros** refere-se ao diferimento dos proveitos resultante dos contratos celebrados com as empresas Adra - Águas da Região de Aveiro, S.A. (Adra) e Águas do Douro e Paiva, S.A. (AdDP), pelo período de duração das respetivas concessões, ascendendo este montante, no ano de 2013, a 265.545 euros. A diminuição registada nesta rubrica justifica-se fundamentalmente pelo facto de, no ano de 2012, aqui estarem incluídos os proveitos relacionados com uma restituição efetuada pela Direção Geral do Consumidor no montante de cerca de 22.000 euros, relativa a verbas indevidamente enviadas a esta entidade, no âmbito dos processos de restituições de cauções de água, o que não aconteceu no ano de 2013.

4.1.1.5 Proveitos e Ganhos Financeiros

Pela análise dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, é possível constatar uma variação positiva de cerca de 155%, a que corresponde o valor de 323.621 euros.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros obtidos	19.292	3,6	25.646	12,3	-6.354	-24,8
Rendimentos de imóveis	126.457	23,8	152.624	73,3	-26.167	-17,1
Rendimentos de participação de capital	383.819	72,2	25.532	12,3	358.287	1403,3
Outros proveitos	2.384	0,4	4.529	2,2	-2.144	-47,4
TOTAL	531.952	100,0	208.330	100,0	323.621	155,3

A variação negativa ocorrida, no ano de 2013, nos proveitos relacionados com **Juros Obtidos** tem origem na diminuição registada na taxa Euribor a 1 mês, indexante de referência para a remuneração dessas mesmas contas, no 1º semestre de 2013, face a período homólogo do ano anterior, conforme se comprova no quadro seguinte:

Taxa Euribor 1 mês											
janeiro 12	fevereiro 12	março 12	abril 12	maio 12	junho 12	julho 12	agosto 12	setembro 12	outubro 12	novembro 12	dezembro 12
1,005%	0,701%	0,549%	0,417%	0,401%	0,384%	0,372%	0,144%	0,122%	0,116%	0,110%	0,113%
janeiro 13	fevereiro 13	março 13	abril 13	maio 13	junho 13	julho 13	agosto 13	setembro 13	outubro 13	novembro 13	dezembro 13
0,109%	0,122%	0,117%	0,117%	0,116%	0,113%	0,121%	0,130%	0,129%	0,128%	0,129%	0,170%
Variação em pontos percentuais 2013/2012											
-0,896	-0,579	-0,432	-0,3	-0,285	-0,271	-0,251	-0,014	0,013	0,012	0,019	0,057

No que diz respeito à variação negativa registada nos **Rendimentos de Imóveis**, esta decorre da diminuição de proveitos associados a rendas de habitação social, relativas a imóveis propriedade do Município de Ovar. De facto, na sequência da difícil conjuntura económico-financeira que Portugal atravessa, com impacto direto no orçamento das famílias, foram efetuados diversos reajustes pontuais, no sentido da diminuição das respetivas rendas, em conformidade com o procedimento previsto no número 3, do artigo 8º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio (diploma que estabelece o regime da renda apoiada).

No ano de 2012, a receita contabilizada na rubrica de **Rendimentos de Participação de Capital** diz respeito à distribuição de dividendos efetuada pelas empresas ERSUC, S.A. e Lusitaniagas, decorrentes da participação financeira detida pelo Município de Ovar nessas entidades. No ano de 2013, para além das empresas já referidas, também procederam à distribuição de dividendos as empresas ADRA e ADdP, sendo que os dividendos destas duas últimas entidades se reportavam aos

anos de 2011 e 2012. Por essa razão, o valor associado a este tipo de proveitos, no ano de 2013, é substancialmente maior do que o verificado no ano transato. No quadro seguinte apresentam-se os montantes destes rendimentos por entidade:

Entidade	2013
	Valor
ADRA - Águas Região de Aveiro, S.A.	293.063
Águas Douro e Paiva, S.A.	36.172
ERSUC - Resíduos Sólidos Centro, S.A.	8.021
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	4.732
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A.	41.831
TOTAL	383.819

A rubrica de Outros Proveitos Financeiros contempla a bonificação de juros existente no contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Ovar e o IHRU, sendo que a sua variação negativa resulta da diminuição dos respetivos juros.

4.1.1.6 Proveitos e Ganhos Extraordinários

Em relação à rubrica de **Proveitos e Ganhos Extraordinários** verifica-se, em termos globais, um aumento de **638.202 euros**, a que corresponde uma variação de positiva de 69,3%.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ganhos na alienação de imobilizações	0	0,0	28.451	3,1	-28.451	-100,0
Benefícios de penalidades contratuais						
Multas e penalidades diversas	4.815	0,3	3.968	0,4	847	21,3
Juros de mora	1.944	0,1	5.602	0,6	-3.658	-65,3
Juros compensatórios	23.603	1,5	10.300	1,1	13.303	129,2
Coimas e penalidades por contra-ordenações	33.779	2,2	33.710	3,7	69	0,2
Reduções de amortizações e provisões	372.797	23,9	0	0,0	372.797	----
Correções relativas a exercícios anteriores	262.080	16,8	225.585	24,5	36.495	16,2
Outros proveitos e ganhos extraordinários	860.557	55,2	613.757	66,6	246.800	40,2
TOTAL	1.559.574	100,0	921.372	100,0	638.202	69,3

Conforme se pode constatar pela análise do quadro anterior, a variação global positiva tem a sua origem nos aumentos ocorridos nas rubricas de **Juros Compensatórios, Reduções de Amortizações e Provisões, Correções Relativas a Exercícios Anteriores e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários.**

A diminuição ocorrida nos proveitos contabilizados em **Ganhos na Alienação de Imobilizações** decorre da inexistência de mais-valias associadas à alienação de imobilizações, no ano de 2013, ao contrário do que sucedeu no ano anterior, em que nesta rubrica se encontravam registadas as mais-

valias realizadas com a venda de 2 lotes de terreno no Loteamento do Barreiro, em S. João de Ovar, e de 1 lote na zona industrial.

Na rubrica de **Juros compensatórios** estão registados os montantes deste tipo de juros, associados à cobrança coerciva dos impostos diretos tais como Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC), tendo-se verificado um aumento destes proveitos, face ao ano anterior.

A variação positiva apresentada pelos proveitos associados a **Reduções de Amortizações e Provisões** justifica-se na medida em que, no ano de 2013, se procedeu à diminuição da provisão para cobranças duvidosas, no montante de 372.776 euros, na sequência da anulação de prescrição do direito ao recebimento dos preços pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, com processos de execução fiscal, deliberado em reunião de câmara e de assembleia municipal em 19/09/2013 e 31/10/2013, respetivamente, e da qual resultou a anulação de dívida de cobrança duvidosa, conforme explicitado no ponto 4.1.2.7 – Custos e Perdas Extraordinários deste relatório. Além disso, no ano de 2013, foi cobrado o montante de 21 euros relativos a dívidas já provisionadas em anos anteriores, razão pela qual se procedeu à anulação da respetiva provisão.

No ano de 2013, a rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores** inclui o montante de cerca de 111.000 euros referente à recuperação de IVA não deduzido, mas passível de dedução, relativo aos anos de 2008 a 2011, no âmbito de procedimento de “Otimização de Iva”, adjudicado à empresa Deloitte & Associados, SROC, S.A. De referir que, em resultado deste procedimento, foram recebidos, neste ano, um total líquido de cerca de 193.000 euros da Autoridade Tributária. Esta rubrica contempla ainda, no ano de 2013, o valor de 149.220 euros relativos à imputação a título de proveitos de bens que foram objeto de subsídio ao investimento, mas que já foram sujeitos a amortizações em anos anteriores a 2013, sem que tenha sido efetuada a necessária especialização do exercício da comparticipação recebida. Para uma análise mais detalhada deste montante, poderá ser consultado o ponto 4.2.2.3 – Acréscimos e Diferimentos.

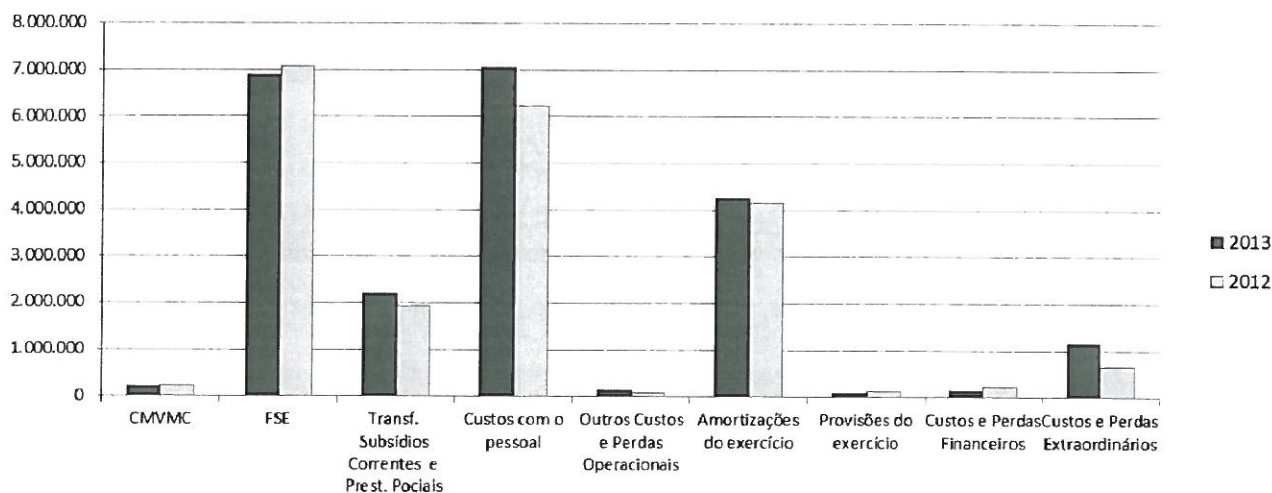
Na rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** estão incorporadas as imputações a título de proveitos dos subsídios ao investimento, na proporção das respetivas taxas de amortização, em conformidade com o princípio da especialização do exercício, ascendendo este montante, no ano de 2013, ao valor de 853.164 euros. A variação positiva verificada resulta da transferência de imobilizado em curso para definitivo, e por essa razão sujeitos no ano de 2013 à correspondente

amortização, de uma série de equipamentos que foram objeto de subsídios ao investimento, tais como o Centro Escolar de Maceda, o Centro Escolar dos Combatentes, o Pavilhão Gimnodesportivo de Arada, a Escola de Artes e Ofícios e o Parque do Buçaquinho. Este valor poderá ser analisado de forma mais detalhada no ponto 4.2.2.3 – Acréscimos e Diferimentos.

4.1.2. Evolução dos Custos

A evolução dos custos totais do exercício é apresentada nos quadro e gráfico seguintes.

Conta	Custos	(euros)					
		2013		2012		Variação 2013/2012	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	202.211	0,9	218.740	1,1	-16.528	-7,6
62	Fornecimento e serviços externos	6.907.062	31,2	7.094.569	34,2	-187.506	-2,6
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	2.218.068	10,0	1.934.360	9,3	283.708	14,7
64	Custos com o pessoal	7.054.858	31,8	6.242.781	30,1	812.077	13,0
65	Outros custos e perdas operacionais	152.297	0,7	66.664	0,3	85.634	128,5
66	Amortizações do exercício	4.256.633	19,2	4.164.780	20,1	91.853	2,2
67	Provisões do exercício	72.748	0,3	133.749	0,6	-61.001	-45,6
68	Custos e perdas financeiros	139.262	0,6	207.128	1,0	-67.866	-32,8
69	Custos e perdas extraordinários	1.165.005	5,3	671.368	3,2	493.637	73,5
TOTAL		22.168.144	100,0	20.734.137	100,0	1.434.007	6,9



Conforme se verifica pela análise do quadro acima, os custos registam, no ano de 2013, um aumento global, quando comparados com o ano anterior, no montante de 1.434.007 euros, a que corresponde uma variação positiva de cerca de 7%. Muito embora se observem diminuições em algumas componentes dos custos totais, como é o caso dos custos associados a Fornecimentos e Serviços Externos, Provisões do Exercício e Custos e Perdas Financeiras, os aumentos apresentados, entre outras, pelas rubricas de Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, Custos com Pessoal e Custos e Perdas Extraordinárias mais do que compensam essa diminuição.

No que diz respeito à rubrica de **Custos com Pessoal**, apesar de ter apresentado um aumento significativo, em termos de valor, o seu peso aumentou apenas 1,7 pontos percentuais. Por seu lado, os **Fornecimentos e Serviços Externos**, diminuíram o seu peso nos custos totais de 34,2% para 31,2%, em resultado da respetiva variação negativa. Em todo o caso, a estrutura de custos do ano de 2013 manteve-se muito idêntica à do ano anterior, representando os **Fornecimentos e Serviços Externos**, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** e os **Custos com o Pessoal** 73% do total dos custos.

4.1.2.1 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

A rubrica associada ao **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**, apresentou, no ano de 2013, uma redução de 7,6%, face ao ano anterior, em consequência da diminuição dos consumos de materiais armazenáveis (materiais diversos).

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais diversos	202.211	100,0	218.740	100,0	-16.528	-7,6
TOTAL	202.211	100,0	218.740	100,0	-16.528	-7,6


4.1.2.2 Fornecimento e Serviços Externos

No ano de 2013 os custos relativos a **Fornecimentos e Serviços Externos** registaram uma **diminuição de 187.506 euros**, a que corresponde uma variação negativa de 2,6%.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos						
Transportes escolares	41.057	0,6	47.394	0,7	-6.337	-13,4
Refeições escolares	615.189	8,9	630.830	8,9	-15.641	-2,5
Resíduos sólidos	1.698.908	24,6	1.733.223	24,4	-34.315	-2,0
Fornecimento e serviços						
Electricidade	1.592.386	23,1	1.605.922	22,6	-13.536	-0,8
Combustíveis	160.857	2,3	113.834	1,6	47.022	41,3
Água	133.324	1,9	129.705	1,8	3.619	2,8
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	391	0,0	177	0,0	213	120,4
Livros e documentação técnica	333	0,0	406	0,0	-73	-18,0
Material de escritório	2.396	0,0	8.058	0,1	-5.662	-70,3
Artigos para oferta	21.683	0,3	30.063	0,4	-8.380	-27,9
Material de educação, cultura e recreio	27.515	0,4	6.862	0,1	20.653	301,0
Rendas e alugueres	239.761	3,5	317.350	4,5	-77.589	-24,4
Comunicação	143.084	2,1	129.997	1,8	13.087	10,1
Seguros	87.210	1,3	87.179	1,2	31	0,0
Deslocações e estadas	6.273	0,1	5.030	0,1	1.243	24,7
Contencioso e notariado	16.298	0,2	134.904	1,9	-118.606	-87,9
Conservação e reparação	238.336	3,5	195.484	2,8	42.852	21,9
Publicidade	23.874	0,3	23.560	0,3	314	1,3
Limpeza, higiene e conforto	239.172	3,5	200.277	2,8	38.895	19,4
Vigilância e segurança	218.416	3,2	192.896	2,7	25.520	13,2
Trabalhos especializados	570.093	8,3	761.254	10,7	-191.161	-25,1
Formação	2.539	0,0	3.675	0,1	-1.136	-30,9
Encargos de cobrança	247.106	3,6	521.271	7,3	-274.165	-52,6
Outros fornecimentos e serviços	580.864	8,4	215.217	3,0	365.647	169,9
TOTAL	6.907.062	100,0	7.094.569	100,0	-187.506	-2,6

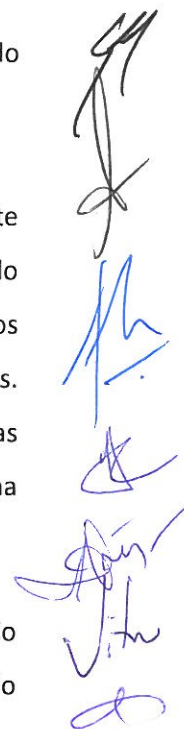
Para uma melhor compreensão das variações ocorridas, apresentam-se de seguida algumas notas justificativas:


- A diminuição ocorrida na rubrica de **Transportes Escolares** é consequência do menor número de passes solicitados às empresas transportadoras, em consequência da diminuição do universo de alunos a que os mesmos dizem respeito, no ano de 2013, face ao ano anterior (388 em 2012 e 333 em 2013);
- No que diz respeito aos custos com **Refeições Escolares**, a sua diminuição é coerente com a redução do número de refeições servidas, já anteriormente mencionada. Por outro lado, o decréscimo do custo unitário destas refeições de 1,86 euros (Iva incluído), no ano letivo 2012/2013, para 1,78 euros (Iva incluído), no ano letivo 2013/2014, também contribuiu para a variação negativa apresentada por estes custos;
- No ano de 2013, os custos associados a **Resíduos Sólidos** registaram uma diminuição não só porque as quantidades de resíduos recolhidos diminuíram, mas fundamentalmente porque se verificou um decréscimo substancial na taxa de gestão de resíduos, incluída no custo de tratamento dos mesmos, na sequência da diminuição da quantidade de resíduos depositados em aterro, pelo início de atividade das Unidades de Tratamento Mecânico e Biológico;
- A rubrica de custos com **Eletricidade** registou uma diminuição em termos globais, muito embora algumas das suas componentes tenham apresentado variações positivas. De facto, no que diz respeito à iluminação pública, as medidas tomadas no sentido de reduzir o número de colunas de iluminação, de acordo com um plano devidamente estruturado, culminaram numa redução efetiva de custos, no ano de 2013. Já no que se refere ao fornecimento de eletricidade em baixa tensão, os respetivos custos registaram um aumento, não só em consequência do aumento da respetiva tarifa, mas também pela existência de novos locais de consumo, como sejam os novos Centros Escolares dos Combatentes, de Maceda e da Regedoura e os Parques Urbano de Ovar e do Buçaquinho. Além disso, a realização do Carnaval de Ovar pelo Município contribuiu também para o acréscimo de custos nesta rubrica. A diminuição global apresentada por esta rubrica decorre do facto do decréscimo com os custos associados a iluminação pública ter sido superior ao aumento verificado nas outras componentes;

- 
- A variação positiva apresentada pela rubrica de **Combustíveis** decorre não só do aumento verificado na tarifa do gás, mas também do aumento dos respetivos consumos, quer seja em novos equipamentos, como os Centros Escolares, quer seja em equipamentos já existentes, como a piscina municipal de Ovar. De facto, no ano de 2013, fruto das condições atmosféricas de baixas temperaturas e forte pluviosidade, foi necessário um maior aquecimento das instalações da piscina municipal, com o conseqüente acréscimo do consumo de gás;
 - No que diz respeito aos custos associados à rubrica de **Água**, o ligeiro acréscimo verificado nos custos associados a esta rubrica só foi possível em virtude da implementação de medidas de adequação das respetivas tarifas às realidades que lhes estão subjacentes, como seja a adequação do calibre dos contadores ou a identificação correta do tipo de tarifa a considerar (sanitária, limpeza ou rega), uma vez que, no ano de 2013, se verificou a existência de novos locais de consumo, como sejam os novos Centros Escolares e a Escola de Artes e Ofícios;
 - O aumento registado na rubrica de **Material de Educação, Cultura e Recreio**, no ano de 2013, decorre da compra de material didático escolar, em consequência da entrada em funcionamento, no ano letivo 2013/2014, do Centro Escolar da Regedoura;
 - No ano de 2012, os custos da rubrica de **Rendas e Alugueres** incluíam a locação de monoblocos no Centro Escolar de Maceda e dos Combatentes até setembro desse ano, situação que não ocorreu no ano de 2013. A cessação dos contratos de locação atrás referidos determinaram a evolução negativa desta rubrica.
 - A variação positiva ocorrida na rubrica de **Comunicações** não traduz um acréscimo real destes custos dado que, no ano de 2013, foram contabilizadas faturas, relativas ao ano de 2012, no montante de cerca de 19.000 euros. Caso estes custos fossem imputados ao ano de 2012, esta rubrica registaria uma diminuição, em conformidade com os procedimentos de redução de custos que têm vindo a ser implementados, no sentido de obter a otimização das linhas de voz, dados e móvel existente no Município.
 - A diminuição verificada na rubrica de **Contencioso e Notariado** tem a sua explicação no facto de terem sido contabilizados nesta conta, no ano de 2012, os depósitos de valores à

ordem do Tribunal, no âmbito do processo expropriativo litigioso de parcelas de terreno do Parque Urbano de Ovar, situação que não se verificou neste ano.

- A variação positiva ocorrida na rubrica de **Conservação e Reparação** resulta essencialmente de terem sido contabilizados nesta conta, no ano de 2013, os custos decorrentes do contrato de aquisição de serviços de manutenção e limpeza de redes de águas pluviais, os quais no ano anterior tinham sido considerados na rubrica de Trabalhos Especializados. Acresce ainda referir que também contribuíram para o aumento verificado, as conservações realizadas em imóveis e equipamento propriedade da autarquia, na sequência da intempérie que ocorreu no início do ano de 2013;
- A rubrica de **Publicidade** contempla fundamentalmente as publicações efetuadas no Diário da República e nos jornais locais e nacionais, de acordo com a legislação aplicável, sendo que o seu valor se manteve sensivelmente idêntico ao do ano anterior.
- O aumento registado nos custos relacionados com a rubrica de **Limpeza e Higiene** decorre da existência, no ano de 2013, de contratos de prestação de serviços de limpeza nos Centros Escolares dos Combatentes e Maceda, nas instalações do edifício Paços do Concelho e no âmbito da organização direta do Carnaval, situação que não se verificou no ano de 2012.
- No ano de 2013, os custos incluídos na rubrica de **Vigilância e Segurança** contemplam encargos decorrentes da prestação de serviços de vigilância e segurança no Parque do Buçaquinho e no âmbito da organização, pelo Município, do Carnaval de Ovar, na sequência da extinção da Fundação de Carnaval, que não ocorreram no ano de 2012. Para além disso, são ainda contemplados nesta rubrica os restantes custos com a vigilância e segurança do edifício Paços do Concelho, das instalações da Marinha, da Biblioteca Municipal e Centro de Arte de Ovar.
- Uma das razões para a diminuição verificada na rubrica de **Trabalhos Especializados** prende-se com a existência deste tipo de custos no ano de 2012, que não se repetiram no ano de 2013. É o caso, por exemplo, dos custos associados aos projetos valorização do Pão-de-ló e valorização do azulejo, enquadrados no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, à criação de conteúdos de divulgação pedagógica, inserida no projeto Cicloria ou aos emolumentos pagos ao Tribunal de Contas pela validação de contas de gerência municipais. Outra das razões tem a ver com a redução dos custos associados quer a serviços





jurídicos, decorrentes da diminuição de honorários, em virtude da existência de processos judiciais menos complexos, quer a fornecimento de vestuário e artigos pessoais, uma vez que, no ano de 2013, estes bens foram considerados como material de stock, sendo incluídos no Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas. Importa referir que os encargos com trabalhos especializados relacionados com serviços de arquitetura e engenharia registaram um aumento, em consequência da celebração de contratos de aquisição de serviços, em regime de avença, nas áreas da engenharia do ambiente e engenharia agrária, bem como para elaboração de Plano de Manutenção Preventiva de vários edifícios da Câmara Municipal de Ovar, não sendo contudo suficientes para compensar as diminuições atrás referidas.

- A diminuição dos custos com **Encargos de Cobrança** resulta do facto de, no ano de 2013, não existirem pagamentos de encargos de avaliação geral associados ao Imposto Municipal de Imóveis (IMI), na sequência do disposto no artigo 15º-M do Código do IMI, aditado pela Lei 60-A/2011, de 30 de novembro, regulamentado pela Portaria nº 106/2012, de 18 de abril, contrariamente ao que sucedeu no ano de 2012.
- A variação substancial apresentada pela rubrica de **Outros Fornecimentos e Serviços** decorre de uma série de fatores. De facto, os serviços de educação incluídos nesta rubrica aumentaram cerca de 36.000 euros, dado que a partir do ano letivo 2012/2013, os serviços de dinamização do prolongamento de horário nos jardins-de-infância do concelho de Ovar passaram a ser realizados por uma empresa especializada, cessando as transferências para as juntas de freguesia que, até essa data, asseguravam a disponibilização desses serviços. Por outro lado, conforme já foi referido aquando da análise efetuada aos proveitos associados a serviços culturais, o maior número de espetáculos, e de maior valor, apresentados no Centro de Arte de Ovar, bem como a realização do Carnaval pelo Município, determinou o acréscimo de custos com eles relacionados contabilizados nesta rubrica, em cerca de 197.000 euros. A estas situações acresce ainda a prestação de serviços de manutenção dos Parques Urbano de Ovar e do Buçaquinho, cuja maior expressão financeira no ano de 2013 originou também um aumento dos custos nesta rubrica, no montante de cerca de 49.000 euros. Por fim, no ano de 2013, esta rubrica incluiu pagamentos no valor de 18.500 euros aos membros das mesas de voto, decorrentes da existência de atos eleitorais, o que não se verificou no ano de 2012.

4.1.2.3 Custos com o Pessoal

A rubrica de **Custos com o Pessoal** apresentou um aumento de **812.077 euros**, a que corresponde uma variação positiva de 13%.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	5.628.296	79,8	5.205.771	83,4	422.524	8,1
Pensões	8.412	0,1	27.602	0,4	-19.190	-69,5
Contribuições para a Segurança Social	1.061.210	15,0	708.147	11,3	353.062	49,9
Seguros	40.254	0,6	43.220	0,7	-2.966	-6,9
Outros custos pessoal	316.687	4,5	258.041	4,1	58.647	22,7
TOTAL	7.054.858	100,0	6.242.781	100,0	812.077	13,0

O aumento ocorrido nos custos associados a **Remunerações** resulta essencialmente do facto de, no ano de 2013, ter sido pago aos trabalhadores da autarquia quer o subsídio de férias, em consequência da declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, do artigo 29º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), que previa a suspensão do subsídio de férias dos funcionários públicos, quer o subsídio de Natal, na sua totalidade. De facto, no ano de 2012, o artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, determinou a suspensão dos subsídios de férias e de natal, a todos os trabalhadores com vencimentos superiores a 1.100 euros, diminuindo-os progressivamente para quem auferia vencimentos entre 600 euros e 1.100 euros, contrariamente ao que se verificou no ano de 2013.

Na rubrica relativa a **Pensões** encontra-se registado o valor atribuído a título de pensões por acidentes de serviço.

No que se refere aos custos contabilizados na rubrica de **Contribuições para a Segurança Social**, a variação positiva ocorrida resulta não só do aumento já referido nos custos das remunerações do pessoal, como também da alteração das taxas contributivas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para a Segurança Social, relativa às entidades empregadoras, de 15% para 20% e de 22,3% para 23,75%, respetivamente.

A rubrica de **Outros Custos com Pessoal** inclui não só os montantes pagos a título de despesas de saúde, relativos aos colaboradores da Câmara Municipal de Ovar, mas também as transferências para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), no montante de 111.033 euros, efetuadas de acordo com o estipulado no artº 56º do Decreto-Lei nº 36/2013, de 11 de março. Apesar das transferências para o SNS não terem sofrido qualquer alteração, face ao ano anterior, as despesas de saúde já mencionadas registaram um aumento, daí resultando a variação positiva observada nestes custos.

Nos termos do artigo 59º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, os serviços e organismos das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas devem reduzir até 31 de dezembro de 2013, no mínimo em 50%, o número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e ou com nomeação transitória existente em 31 de dezembro de 2012, com exclusão dos que sejam cofinanciados por fundos europeus. Assim, o Município, possuía a 31 de dezembro de 2012 um total de 21 contratos a termo resolutivo, tendo caducado, durante o ano de 2013, 11 desses contratos, o que consubstancia uma redução superior a 50%.

Por seu lado, o nº 1 do artigo 65º da Lei do Orçamento de Estado para 2013 impõe que, durante o ano de 2013, as autarquias locais reduzam em 2%, no mínimo, o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo do cumprimento do disposto no artigo 59º já referido.

No caso concreto do Município de Ovar, a redução de 2% correspondia a 7 trabalhadores, tendo sido cumprida esta imposição atendendo a que a autarquia reduziu em 8 o seu número de trabalhadores face à mesma data do ano anterior, na sequência da existência de aposentações, falecimentos e caducidade de contratos.

4.1.2.4 Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

A rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** apresentou, no ano de 2013, um aumento global de cerca de 14,7%, a que corresponde o valor de 283.707 euros.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associações Municípios	16.121	0,7	630	0,0	15.491	2460,8
Freguesias	532.949	24,0	521.019	26,9	11.930	2,3
Instituições sem fins lucrativos	1.153.190	52,0	971.531	50,2	181.659	18,7
Agrupamento de escolas	135.749	6,1	99.757	5,2	35.993	36,1
Famílias	98.296	4,4	106.174	5,5	-7.878	-7,4
Prestações sociais	277.871	12,5	235.249	12,2	42.622	18,1
Outras	3.892	0,2	0	0,0	3.892	----
TOTAL	2.218.068	100,0	1.934.360	100,0	283.707	14,7

À semelhança do que aconteceu no ano anterior, as transferências relativas a **Associações de Municípios** correspondem a verbas transferidas para a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), no âmbito da realização do Grande Prémio Abimota e do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte da Região de Aveiro.

No ano de 2013, a ocorrência de eleições autárquicas, em 29 de setembro, a reorganização administrativa do território das freguesias, bem como a entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12

de setembro (diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), determinaram a existência de dois documentos de suporte às transferências efetuadas para as freguesias. Assim, de 01 de janeiro a 29 de setembro de 2013 vigorou um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Ovar e as Juntas de Freguesia para delegação de competências e apoio financeiro, enquadrado pelas Leis 159/99 de 14 de setembro e 169/99, de 18 de setembro (na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de fevereiro). Por seu lado, de 12 de outubro a 31 de dezembro de 2013, a transferência de verbas teve como base o acordo de execução entre a Câmara Municipal de Ovar e as juntas de freguesia, para a concretização da delegação legal de competências, enquadrado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. No que diz respeito à variação ocorrida ao nível das **Transferências para as Freguesias**, o aumento apresentado em 2013 prende-se fundamentalmente com o facto da Junta de Freguesia de Esmoriz ter recebido, no ano de 2012, apenas uma prestação do montante atribuído no protocolo aplicável, em virtude de não ter cumprido as obrigações constantes na cláusula terceira, o que não ocorreu no ano de 2013. Acresce referir que, como já foi mencionado aquando da análise dos custos com Trabalhos Especializados, os serviços de dinamização do prolongamento de horário nos jardins-de-infância do concelho de Ovar passaram a ser realizados, no ano de 2013, por uma empresa especializada, cessando as transferências para as juntas de freguesia de Ovar, S. João de Ovar e Cortegaça, que até essa data asseguravam a disponibilização desses serviços. Muito embora, por essa razão, se tenha verificado uma diminuição das transferências realizadas, no ano de 2013, face ao ano anterior, o aumento das transferências para a Junta de Freguesia de Esmoriz já esclarecido foi superior a essa diminuição, determinando a variação positiva apresentada por esta rubrica.

O acréscimo apresentado pela rubrica de **Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos** resulta fundamentalmente das transferências efetuadas para os Grupos de Carnaval e Escolas de Samba, em consequência do Município de Ovar ter assumido, no ano de 2013, a organização do Carnaval de Ovar, situação que não ocorreu no ano anterior (ver ainda ponto 4.1.2.7 deste relatório).

No que se refere às transferências para os **Agrupamentos de Escolas**, o aumento não traduz um acréscimo real de verbas para estas entidades, sendo antes consequência da reorganização ocorrida nestas instituições, em junho de 2012, que culminou na existência de pagamentos no montante de cerca de 49.000 euros, efetuados no ano de 2013, referentes ao ano de 2012.

O apoio concedido pela autarquia ao arrendamento para habitação no mercado privado, no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, está incluído na rubrica de **Transferências para as Famílias**, assim como a atribuição de **bolsas para alunos do ensino superior**. A variação negativa registada nesta rubrica resulta do facto de, no ano de 2012, este valor contemplar não só verbas atribuídas em candidaturas de apoio ao arrendamento referentes a este ano, mas também montantes que se reportam à segunda e terceira fases de candidaturas, do ano de 2011. De facto, no ano de 2013 foram aprovadas 95 candidaturas, enquanto no ano de 2012 foram aprovadas 75.

Em relação à rubrica de **Prestações Sociais**, o seu valor inclui o apoio concedido ao nível dos transportes escolares, os encargos com a contratação de pessoal, através da modalidade de Contratos de Emprego e Inserção (CEI), e ainda os descontos na faturação de água concedidos aos beneficiários do cartão sénior. O aumento que se verifica nesta rubrica decorre do maior número de contratos existentes, no ano de 2013, na modalidade de CEI, face ao ano anterior.

O montante apresentado na rubrica **Outros** corresponde aos pagamentos efetuados aos membros das mesas de voto, na sequência da realização de eleições autárquicas gerais, bem como de eleições intercalares na freguesia de Esmoriz, no ano de 2013.

4.1.2.5 Outros Custos e Perdas Operacionais

No que se refere aos **Outros Custos e Perdas Operacionais** contabilizados, constata-se um **aumento de 85.634 euros**, a que corresponde uma variação de 128,5%.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e Taxas	96.790	63,6	11.520	17,3	85.270	740,2
Quotizações	55.508	36,4	55.144	82,7	364	0,7
TOTAL	152.297	100,0	66.664	100,0	85.634	128,5

O aumento desta rubrica de custos tem origem no acréscimo ocorrido **nos Impostos e Taxas** que, por sua vez, tem na sua base o custo relativo à retenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a que esteve sujeita a autarquia na distribuição dos dividendos. Uma vez que, conforme foi referido na análise efetuada no ponto 4.1.1.5-Proveitos e Ganhos Financeiros, os dividendos distribuídos registaram um acréscimo, face ano anterior, também o IRC retido apresenta o mesmo tipo de variação.

4.1.2.6 Custos e Perdas Financeiras

No ano de 2013, a rubrica de **Custos e Perdas Financeiras** apresenta uma diminuição de 67.866 euros, a que corresponde uma variação negativa de 32,8%.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros de empréstimo de médio e longo prazo	98.375	70,6	199.077	96,1	-100.702	-50,6
Outros custos e perdas financeiras	40.887	29,4	8.051	3,9	32.836	407,9
TOTAL	139.262	100,0	207.128	100,0	-67.866	-32,8

A substancial diminuição dos **Juros de Empréstimo de Médio e Longo Prazo** teve origem não só na diminuição da taxa Euribor aos quais se encontram indexados, mas fundamentalmente em resultado da amortização extraordinária, no valor de 1,2 milhões de euros, que foi efetuada, no final do ano de 2012, no empréstimo deste tipo contratado com a instituição Nova Caixa Galícia, o que provocou uma redução dos respetivos juros.

A rubrica de **Outros Juros e Perdas Financeiras** inclui, no ano de 2013, o pagamento de juros de mora à empresa SIMRIA, no montante de cerca de 32.800, que foram compensados com a distribuição de dividendos, realizada por esta entidade, em conformidade com o acordo transacional celebrado com o Município de Ovar, em 06 de novembro de 2008. O referido acordo reporta-se ao valor de 2.256.977 euros, que corresponde à diferença entre os valores faturados, até 31 de Dezembro de 2006, por esta entidade, e o montante que resulta do produto do caudal efetivamente entregue pelo Município de Ovar ao sistema pela respetiva tarifa, estabelecendo que a liquidação desse montante, bem como dos juros de mora a que houver lugar, será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

4.1.2.7 Custos e Perdas Extraordinários

A rubrica dos **Custos Extraordinários** regista um aumento de 73,5%, a que corresponde o valor de **493.637 euros**.

(euros)

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências de Capital Concedidas						
Administração local freguesias	237.733	20,4	266.933	39,8	-29.200	-10,9
Administração local outros	7.467	0,6	16.801	2,5	-9.334	-55,6
Instituições sem fins lucrativos	67.523	5,8	327.525	48,8	-260.002	-79,4
Famílias	5.000	0,4	0	0,0	5.000	---
Perdas em imobilizações	162.621	14,0	0	0,0	162.621	---
Multas e penalidades	5.992	0,5	120	0,0	5.872	4892,9
Correcções relativas a exercicios anteriores						
Restituições	1.450	0,1	12.581	1,9	-11.131	-88,5
Outras correcções	646.312	55,5	36.680	5,5	609.632	1662,0
Outros custos extraordinários	987	0,1	6.612	1,0	-5.625	-85,1
Indemnizações	29.921	2,6	4.116	0,6	25.806	627,0
TOTAL	1.165.005	100,0	671.368	100,0	493.637	73,5

À semelhança do que se verificou em relação às transferências correntes para as freguesias, também as transferências de capital para essas entidades tiveram como suporte os mesmos dois documentos já mencionados. Assim, de 01 de janeiro a 29 de setembro de 2013 vigorou um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Ovar e as Juntas de Freguesia para delegação de competências e apoio financeiro, enquadrado pelas Leis 159/99 de 14 de setembro e 169/99, de 18 de setembro (na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de fevereiro). Por seu lado, de 12 de outubro a 31 de dezembro de 2013, a transferência de verbas teve como base o acordo de execução entre a Câmara Municipal de Ovar e as Juntas de Freguesia, para a concretização da delegação legal de competências, enquadrado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A diminuição registada na rubrica de **Transferências de Capital para a Administração Local – Freguesias** traduz um decréscimo real neste tipo de transferências, contrariamente ao que seria de esperar, uma vez que, no ano de 2012, a Junta de Freguesia de Esmoriz apenas recebeu uma prestação do montante atribuído no protocolo aplicável, em virtude de não ter cumprido as obrigações constantes na cláusula terceira, situação que não se verificou no ano de 2013. Acresce referir que o acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Ovar e as Juntas de Freguesia, para a concretização da delegação legal de competências, enquadrado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, não contempla a atribuição de verbas desta natureza.

À semelhança do ano anterior, o valor apresentado na rubrica **Transferências de Capital para a Administração Local – Outras**, no ano de 2013, refere-se ao custo do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte da Região de Aveiro, promovido pela CIRA.

No ano de 2012, a rubrica de **Transferências de Capital para Instituições sem Fins Lucrativos** contemplava a verba transferida para a Fundação de Carnaval, no montante de 250.000 euros, situação que não aconteceu no ano de 2013, em virtude da extinção desta Fundação e consequente organização do Carnaval de Ovar, nesse mesmo ano, pelo Município de Ovar.

A variação positiva na rubrica de **Transferências de Capital – Famílias**, tem origem na atribuição de verbas para beneficiação de imóveis, propriedade de particulares, nos termos do Regulamento para Apoio a Obras de Conservação, Reparação ou Beneficiação de Habitações Degradadas de Pessoas Carenciadas do Município de Ovar.

A rubrica de **Perdas em Imobilizações** inclui, no ano de 2013, o valor de 156.638 euros relativo à menos-valia originada pela alienação integral da participação social detida pelo município de Ovar na Ovarforma-Empresa Municipal de Ensino e Formação, E.M., deliberada em reunião de câmara de 21/02/2013 e em assembleia municipal de 28/02/2013, na sequência da entrada em vigor do novo Regime Jurídico da Atividade Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Além disso, esta rubrica inclui também, no ano de 2013, imobilizado corpóreo sujeito a abate por inutilização total, ainda não completamente amortizado.

No que diz respeito à rubrica de **Multas e Penalidades**, o seu valor, no ano de 2013, refere-se ao pagamento de coima, por entrega de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) fora de prazo, na sequência da recuperação de IVA não deduzido, mas passível de dedução, relativo aos anos de 2008 a 2011, no âmbito de procedimento de “Otimização de Iva”, adjudicado à empresa Deloitte & Associados, SROC, S.A.

O valor apresentado na rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores** inclui, no ano de 2013, um valor de cerca de 268.000 euros relativo a uma insuficiência de estimativa de remunerações a liquidar, calculada no ano de 2012, bem como o montante de 372.776 euros referente à anulação de dívida de cobrança duvidosa, deliberada em reunião de câmara e de assembleia municipal em 19/09/2013 e 31/10/2013, respetivamente, uma vez que foi considerado prescrito o direito ao recebimento dos preços pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, em alguns processos de execução fiscal. Esta dívida encontrava-se provisionada na sua totalidade, tendo-se procedido à anulação da respetiva provisão, conforme referido no ponto 4.1.1.6.

A variação apresentada pela rubrica de **Indemnizações** justifica-se na medida em que, no ano de 2013, foram proferidas pelos Tribunais sentenças condenando o Município de Ovar ao pagamento de indemnizações de carácter laboral, o que não aconteceu no ano de 2012.

4.2 Análise Comparativa da Evolução da Estrutura do Balanço

Com a apreciação e análise comparativa do **Balanço** face ao ano transato, pretende-se **analisar a evolução da situação patrimonial** do Município de Ovar a 31 de dezembro de 2013.

O Balanço é constituído pelos seguintes elementos patrimoniais:

- ✓ **Ativo**, que apresenta de forma crescente pelo critério da liquidez, o conjunto dos **bens e direitos da autarquia**, assim como os acréscimos e diferimentos.
- ✓ **Passivo**, constituído pelo conjunto das **obrigações da autarquia**, provisões para fazer face a riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).
- ✓ **Fundos Próprios**, que expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados (transitados líquidos).

A estrutura patrimonial do Município de Ovar, bem como a sua evolução entre os exercícios de 2012 e de 2013, é apresentada no quadro seguinte:

Descrição	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Activo Líquido	Peso de cada rubrica (%)	Activo Líquido	Peso de cada rubrica (%)	Variação Bruta	%
Ativo						
Imobilizado	104 999 403	89,6	100 903 267	89,4	4 096 136	4,1
Existências	105 899	0,1	114 199	0,1	-8 300	-7,3
Dívidas de Terceiros	1 609 920	1,4	4 102 127	3,6	-2 492 207	-60,8
Disponibilidades	10 377 995	8,9	7 650 618	6,8	2 727 377	35,6
Acréscimos e Diferimentos	65 461	0,1	38 614	0,0	26 846	69,5
Total Ativo	117 158 678	100,0	112 808 825	100,0	4 349 853	3,9
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Património	47 844 363	40,8	47 844 363	42,4	0	0,0
Ajustamento partes capital em empre	101 160	0,1	101 160	0,1	0	0,0
Reservas	4 172 681	3,6	4 020 866	3,6	151 815	3,8
Subsídios	675 660	0,6	675 660	0,6	0	0,0
Doações	143 867	0,1	48 645	0,0	95 222	195,7
Reservas decorrentes de transf. a ativos	-7 659 479	-6,5	-7 659 479	-6,8	0	0,0
Resultados Transitados	26 257 872	22,4	23 373 396	20,7	2 884 476	12,3
Resultado Líquido	4 084 219	3,5	3 036 291	2,7	1 047 929	34,5
Total Fundos Próprios	75 620 343	64,5	71 440 902	63,3	4 179 441	5,9
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	180 000	0,2	150 000	0,1	30 000	20,0
Dívidas a Terceiros						
Dívidas a Terceiros - M/L prazo	5 065 928	4,3	5 722 055	5,1	-656 127	-11,5
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	3 417 518	2,9	4 066 626	3,6	-649 108	-16,0
Acréscimos e Diferimentos	32 874 889	28,1	31 429 242	27,9	1 445 647	4,6
Total Passivo	41 538 335	35,5	41 367 923	36,7	170 411	0,4
Total Passivo + Fundo Próprio	117 158 678	100,0	112 808 825	100,0	4 349 853	3,9

O **Ativo** do Município regista a 31.12.2013, **117.158.678 euros**, tendo origem em Fundos Próprios de **75.620.343 euros** e Passivo de **41.538.335 euros**. Comparando com o ano de 2012, o **Ativo**

aumentou **3,9 %** (4,3 milhões de euros, em valor absoluto), tendo sido o Imobilizado (4,1 milhões de euros), o elemento patrimonial que mais contribui para esse incremento.

Por seu lado, o aumento verificado nas Disponibilidades, em 2,7 milhões de euros, foi contrabalançado na sua quase totalidade pela diminuição das Dívidas de Terceiros, em 2,5 milhões de euros, o que nos poderia induzir à possibilidade das Disponibilidades terem sido influenciadas pelo aumento nos pagamentos das Dívidas de Terceiros. Contudo, este aumento decorre principalmente da diminuição da despesa de capital, em consequência do menor volume de investimento realizado pela autarquia, refletido na execução do respetivo plano plurianual.

O **Passivo** apresenta um **aumento ligeiro de 0,4 %** (170 mil euros), em consequência do **aumento dos Acréscimos e Diferimentos**, em 1,4 milhões de euros, ter sido compensado pela **diminuição das Dívidas a Terceiros** em 1,3 milhões de euros.

No que se refere aos **Fundos Próprios**, este apresenta um **aumento de 5,9%**, registando-se ainda um **Resultado Líquido do Exercício de 4.084.219 euros**.

4.2.1 Análise da Estrutura do Ativo

Em 2013, o Município de Ovar apresentou um **Ativo Líquido de 117,2 milhões de euros**, o que, comparativamente ao ano de 2012, significa um **aumento de 4,3 milhões de euros**.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	104 999 403 €	89,6	100 903 267 €	89,4	4 096 136 €	4,1
Existências	105 899 €	0,1	114 199 €	0,1	-8 300 €	-7,3
Dívidas de terceiros	1 609 920 €	1,4	4 102 127 €	3,6	-2 492 207 €	-60,8
Disponibilidades	10 377 995 €	8,9	7 650 618 €	6,8	2 727 377 €	35,6
Acréscimos e diferimentos	65 461 €	0,1	38 614 €	0,0	26 846 €	69,5
TOTAL	117 158 678 €	100,0	112 808 825 €	100,0	4 349 853 €	3,9

O Ativo é constituído maioritariamente por **Imobilizado**, com um **peso estrutural de 89,6%**.

As **Disponibilidades** são o segundo elemento patrimonial com maior peso no ativo, sendo de destacar o seu valor absoluto de **10,4 milhões de euros**, representando um aumento de 35,6% comparativamente a 2012.

As **Dívidas de Terceiros** diminuíram o seu peso estrutural em 2,2 p.p., situando-se em 1,4 % do Ativo, o que corresponde a uma diminuição em valor absoluto de 2,5 milhões de euros.

As Existências e os Acréscimos e Diferimentos, no que se refere ao peso na estrutura do ativo, apresentam valores residuais.

4.2.1.1 Análise da Estrutura do Imobilizado

A rubrica do **imobilizado** atingiu a 31 de dezembro de 2013, **105 milhões de euros**, o que representa um **aumento de 4,1 milhões de euros** comparativamente a igual período de 2012.

Os elementos patrimoniais com maior peso na estrutura do Imobilizado são as **Imobilizações Corpóreas**, que representam **52%** do Ativo, e os **Bens de Domínio Público** que representam **45%**.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de domínio público	47 174 474 €	44,9	45 971 109 €	45,6	1 203 366 €	2,6
Imobilizações incorpóreas	560 388 €	0,5	536 498 €	0,5	23 890 €	4,5
Imobilizações corpóreas	54 990 104 €	52,4	51 964 103 €	51,5	3 026 002 €	5,8
Investimentos financeiros	2 274 436 €	2,2	2 431 558 €	2,4	-157 121 €	-6,5
TOTAL	104 999 403 €	100,0	100 903 267 €	100,0	4 096 136 €	4,1

O aumento verificado no Ativo Imobilizado do Município, encontra-se descrito com maior detalhe no mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, sendo de destacar a conclusão das seguintes obras:

- Centro Escolar da Regedoura
- Aldeia do Carnaval
- Escola de Artes e Ofícios de Ovar (*reconversão da fábrica do papel e envolventes*)
- Espaço Empreendedor (*reabilitação do Ed. Parque Sr.ª da Graça*)
- Pavilhão Gimnodesportivo de Arada
- Parque do Buçaquinho (*projeto requalificação ambiental Buçaquinho entre Cortegaça e Esmoriz*)

O valor do **Imobilizado Bruto a 31/12/2013** é de **143 milhões de euros**, pressupondo-se não refletir o valor real do património do Município de Ovar.

Com o intuito de suprir esta limitação, que tem constado como Reserva do ROC's, no decurso de 2013 foi iniciado o levantamento e reconhecimento em termos físicos dos bens móveis e imóveis do Município, por empresa prestadora de serviços, prevendo-se a sua valorização e incorporação no património do Município no 1º semestre de 2014.

Considerando que as **amortizações acumuladas** ascenderam em 2013 a **38 milhões de euros** - ver *Mapa das Amortizações e Provisões no ponto 8.2.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados* – resulta um **Imobilizado Corpóreo Líquido de 105 milhões de euros**.

4.2.1.2 Análise das Existências

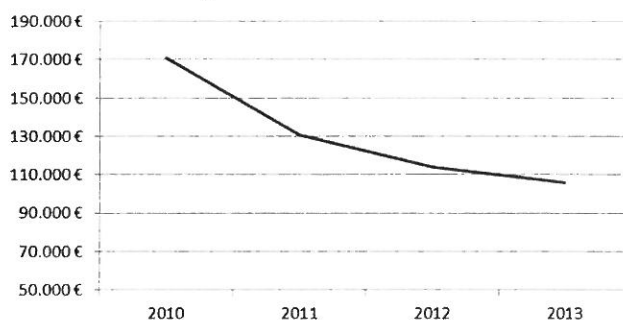
O valor apresentado ao nível das existências decompõe-se da seguinte forma:

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(euros)					
Materiais de consumo - Armazéns	105 899 €	100,0	114 199 €	100,0	-8 300 €	-7,3
TOTAL	105 899 €	100,0	114 199 €	100,0	-8 300 €	-7,3

O valor registado em 2013 das **existências** em stock é de **106 mil euros**, a que corresponde uma **diminuição de 7,3 %** comparativamente a 2012.

Esta evolução resulta da diminuição do consumo de materiais armazenáveis em 7,6 %, no decurso de 2013, tal como já explicado no ponto 4.1.2.1 deste relatório.

Evolução Existências 2010-2013



4.2.1.3 Análise das Dívidas de Terceiros

As **Dívidas de Terceiros**, contabilizadas em 31 de dezembro de 2013, ascenderam ao montante de **1.609.920 euros**, decomposto de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: €

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cientes c/c						
Publicações e Impressos	8	0,0	0	0,0	8	100,0
Outros	1 049	0,1	1 258	0,0	-209	-16,6
Utentes c/c						
Serviços culturais	750	0,0	812	0,0	-62	-7,6
Serviços desportivos	9 618	0,6	10 921	0,3	-1 303	-11,9
Resíduos sólidos	184 732	11,5	188 697	4,6	-3 964	-2,1
Parque de campismo	39 178	2,4	26 717	0,7	12 461	46,6
Outros	1 818	0,1	2 145	0,1	-327	-15,3
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	11 478	0,7	25 247	0,6	-13 769	-54,5
Outros devedores						
Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	35 431	2,2	847 401	20,7	-811 970	-95,8
IFDR - Instituto Financeiro Desenv. Regional, I.P.	862 175	53,6	948 198	23,1	-86 022	100,0
Município da Murtosa	121 130	7,5	149 543	3,6	-28 413	100,0
REFER, E.P.	302	0,0	302	0,0	0	0,0
ADRA-Águas da Região de Aveiro	218 877	13,6	1 689 272	41,2	-1 470 395	-87,0
Outros	22 522	1,4	30 450	0,7	-7 928	-26,0
Estado e Outros Entes Públicos						
IVA a recuperar	2 413	0,1	181 165	4,4	-178 751	100,0
IVA Reembolsos Pedidos	98 438	6,1	0	0,0	98 438	100,0
TOTAL	1 609 920	100,0	4 102 127	100,0	-2 492 207	-60,8

O valor em dívida relativo à rubrica de **Utentes** é de **236.097 euros**, representado um aumento de 6.805 euros face a 2012, justificado pelo valor em dívida de **Parques de Campismo**, que registou um aumento de 12.461 euros, anulando as diminuições ocorridas nas restantes rubricas. Este aumento, está associado ao nível de faturação atingido em 2013, superior ao verificado em 2012, cuja justificação encontra-se no ponto 4.1.1.1 deste relatório.

A rubrica de **Outros Devedores**, com um saldo de **1,3 milhões de euros**, representa o valor mais significativo do saldo da Dívida de Terceiros, sendo também a rubrica com as maiores variações face a 2012.

Os saldos que integram esta rubrica são compostos pelo(a):

- ✓ **Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo**, com um saldo de **35.431 euros**, em resultado de um protocolo estabelecido pelo Município de Ovar com esta entidade, relativo à construção do **Parque Urbano de Ovar**. Durante o ano de 2013, ao abrigo deste protocolo foram recebidos 811.969,81 euros.
- ✓ **IFDR – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, I.P.**, é composto por um saldo de **862.175 euros**, que corresponde a receita liquidada relativa a verbas a receber no âmbito do **QREN-Quadro Referência Estratégico Nacional**.
As obras mais significativas que compõem este saldo, são respeitantes ao *Centro Escolar dos Combatentes (187.686€)*, *Centro de Escolar de Maceda (107.875€)*, *Parque do Buçaquinho (103.189€)*, *Parque Urbano de Ovar (109.225€)*, *Escola de Artes e Ofícios (98.358€)* e *Pavilhão Gimnodesportivo de Arada (84.269€)*.

- ✓ **Município da Murtosa**, que apresenta um saldo de **121.130 euros**, respeitante ao projeto **Ciclória**, que surge de uma iniciativa promovida pelos Municípios da Murtosa, Estarreja e Ovar com o objetivo de promover uma rede material e imaterial de promoção e desenvolvimento da mobilidade ciclável.
- ✓ **AdRA – Águas da Região de Aveiro**, apresenta um saldo de **218.877 euros**, dos quais 207.025 euros são referentes ao Contrato de Parceria Pública assinado no ano de 2010, entre o Estado Português, autarquias da Região e o Município de Ovar com vista à gestão e exploração dos serviços de água e saneamento pela empresa ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.

Ao abrigo deste contrato de parceria, durante o ano de 2013, o Município de Ovar arrecadou 1.470.395 euros.

AdRA <i>Valores Recebidos</i>	8 851 464,90 €
2010	2 090 420,67 €
2011	4 180 841,34 €
2012	1 109 808,22 €
2013	1 470 394,67 €

No que respeita à rubrica do **Estado e Outros Entes Públicos**, o saldo de **100.851 euros** é referente a IVA a recuperar, dos quais 98.438 euros são relativos a IVA não deduzido mas passível de dedução, cujo valor foi apurado na sequência de um procedimento, iniciado em 2012, de **Otimização do IVA** adjudicado à empresa Deloitte & Associados, SROC S.A.

4.2.1.4 Análise das Disponibilidades

As Disponibilidades que totalizam **10,4 milhões de euros**, são constituídas na sua maioria por depósitos em Instituições Financeiras, encontrando-se os maiores depósitos no **Banco Santander** com 5,4 milhões de euros e na **Caixa Geral de Depósitos** com 4,1 milhões de euros, os quais remuneram a respetiva Conta à Ordem.

(euros)

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa	371	0,0	851	0,0	-480	-56,4
Depósitos em Instituições Financeiras						
Caixa Geral de Depósitos	4 098 421	39,5	3 324 059	43,4	774 362	23,3
BPI	9 738	0,1	23 862	0,3	-14 124	-59,2
Banco Espírito Santo	47 601	0,5	53 528	0,7	-5 927	-11,1
Banco Santander	5 444 079	52,5	4 214 122	55,1	1 229 957	29,2
Nova Caixa Galicia	756 922	7,3	4 465	0,1	752 457	16852,3
Banco Montepio Geral	20 863	0,2	29 730	0,4	-8 867	-29,8
TOTAL	10 377 995	100,0	7 650 617	100,0	2 727 378 €	35,6

O valor total de Disponibilidades indicado, divide-se em **Saldo de Gerência Orçamental**, no valor de **9,3 milhões de euros** e de **Operações de Tesouraria** no valor de **1,1 milhões de euros** – ver mapa de Fluxos de Caixa.

Comparativamente ao exercício de 2012, verifica-se nas disponibilidades municipais um **aumento de 2,7 milhões de euros**.

Analisados os mapas de Fluxos de Caixa com o ano transato, verifica-se que o aumento significativo em 35,6%, foi conseguido por uma redução nos pagamentos efetuados ao nível da Despesas de Capital, a qual resulta da diminuição do volume de investimento realizado pela autarquia.

4.2.1.5 Análise dos Acréscimos e Diferimentos

A rubrica de **Acréscimos e Diferimentos** apresenta, no ano de 2013, um aumento de 25.607 euros.

(euros)

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimo de proveitos						
Juros a receber	1 240	1,9	1 654	4,3	-415	-25,1
IFAP	16 821	25,7	12 200	31,6	4 621	37,9
Lusitaniagás	0	0,0	18 030	46,7	-18 030	-100,0
Custos diferidos						
Rendas	5 739	8,8	6 405	16,6	-666	-10,4
Seguros	41 662	63,6	326	0,8	41 336	12695,7
TOTAL	65 461	100,0	38 614	100,0	26 846	69,5

Ao nível dos **Acréscimos de Proveitos**, procedeu-se à especialização de verbas recebidas em 2014, mas respeitantes ao exercício de 2013, concretamente:

- ✓ IFAP-Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas e a Juros de depósitos bancários, no montante de **16.821 euros**, recebidos a 02/01/2014;
- ✓ Juros a Receber, no montante de **1.240 euros**, recebidos a 02/01/2014, mas com data-valor de 31/12/2013.

No que se refere aos **Custos Diferidos**, verificou-se a necessidade de especialização de Seguros, uma vez que, no final do ano de 2013, foram efetuados pagamentos de prémios de seguro respeitantes a 2014, ao contrário do que sucedeu no ano anterior.

4.2.2 Análise da Estrutura do Passivo

O Município de Ovar apresenta, a 31 de dezembro de 2013, um Passivo de **41,5 milhões de euros**, sendo os **Acréscimos e Diferimentos**, que incluem Proveitos Diferidos de 32 milhões de euros, o elemento patrimonial de maior relevância com um peso estrutural de **79%**.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para riscos e encargos	180 000	0,4	150 000	0,4	30 000	20,0
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	4 439 556	10,7	5 722 055	13,8	-1 282 499	-22,4
Dívidas a terceiros - curto prazo	4 043 890	9,7	4 066 626	9,8	-22 736	-0,6
Acréscimos e Diferimentos	32 874 889	79,1	31 429 242	75,7	1 445 647	4,6
TOTAL	41 538 335	100,0	41 367 923	100,0	170 411	0,4

Analisadas as variações ocorridas comparativamente ao ano anterior, salienta-se a **redução de 1,3 milhões de euros** das **Dividas a Terceiros** de médio e longo prazo, respeitante a empréstimos bancários.

O **aumento ligeiro do Passivo em 170 mil de euros**, comparativamente a 2012, é justificado pelo facto da diminuição obtida nas Dividas de Terceiros de Médio e Longo-Prazo ter sido compensada pelo aumento na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

4.2.2.1 Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo

O Passivo de Médio e Longo Prazo do Município de Ovar é exclusivamente constituído pelas dívidas a Instituições de Crédito, conforme descrito no quadro seguinte:

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Médio e Longo Prazo						
Caixa Geral de Depósitos	2 438 655	54,9	2 711 571	47,4	-272 915	-10,1
Nova Caixa Galicia	966 974	21,8	1 751 168	30,6	-784 194	-44,8
BPI	562 034	12,7	686 850	12,0	-124 816	-18,2
BES	314 243	7,1	384 074	6,7	-69 832	-18,2
INH	157 650	3,6	188 393	3,3	-30 743	-16,3
TOTAL	4 439 556	100,0	5 722 055	100,0	-1 282 499	-22,4

No exercício de 2013, a dívida de médio e longo prazo para com Instituições de Crédito foi reduzida em **1.282.499 euros**.

Confrontando o valor indicado com o montante expresso na Execução Orçamental da Despesa, na rubrica de Passivos Financeiros (1.212.992 euros), verifica-se uma diferença de 69.507 euros.

Esta disparidade é explicada pela inclusão na Execução Orçamental, da dívida de curto prazo a instituições de crédito, conforme quadro abaixo.

De salientar, que o valor apresentado na rubrica de Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo, não se refere à contratação de empréstimos de curto prazo, mas sim ao valor das amortizações de capital a pagar em 2014, relativas a empréstimos de médio e longo prazo já contratados.

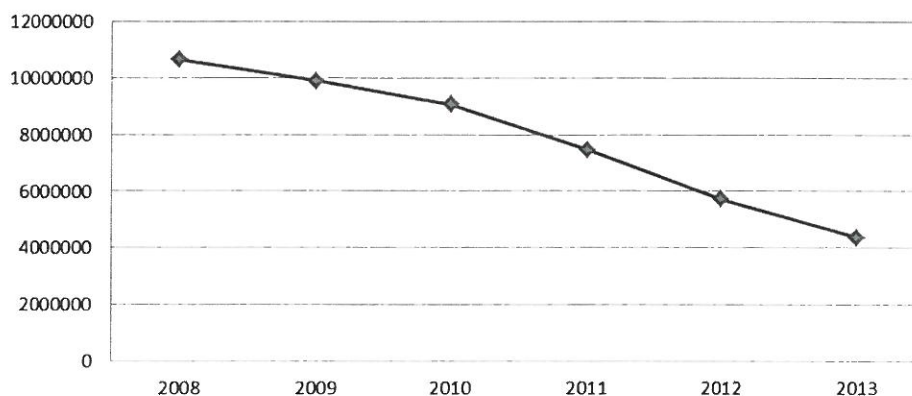
No que se refere à variação ocorrida entre 2012 e 2013, em consequência da diminuição das Dívidas a Instituições de Crédito, seria expectável uma diminuição das amortizações de capital a pagar em 2014. O aumento verificado, resulta do facto do valor estimado na Prestação de Contas de 2012, em 556.865 euros, encontrar-se subavaliado. Esta situação deriva de informação incorretamente fornecida por uma instituição bancária relativamente aos montantes de juros e amortização a pagar no ano de 2013, e que serviu de base para o cálculo das Dívidas a Instituições de Crédito de Curto-Prazo em 2012.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a inst.crédito - Médio Longo Prazo	4 439 556	87,6	5 722 055	91,1	-1 282 499	-22,4
Dívidas a inst.crédito - Curto Prazo	626 372	12,4	556 865	8,9	69 507	12,5
TOTAL	5 065 928	100,0	6 278 920	100,0	-1 212 992	-19,3

Durante o ano de 2013, o Município de Ovar mantém a tendência de redução da Dívida, sendo de destacar a realização de uma **amortização extraordinária** no empréstimo da Nova Caixa Galícia, no valor de **528.485,56 euros**, deliberada em reunião de Câmara de 19 de dezembro de 2013, no cumprimento do disposto do artigo 96.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2013. A aplicação e enquadramento da Lei supracitada, encontra-se explicada em detalhe no ponto 4.3.4 deste relatório.

Analisando a evolução das dívidas de médio e longo prazo desde 2008, verifica-se uma **redução acentuada em aproximadamente 6,2 milhões de euros**, como evidenciado no gráfico seguinte:

Dívidas a Terceiros - médio e longo prazo



Para uma leitura mais pormenorizada dos saldos apresentados, poderá ser consultado o **Mapa dos Empréstimos**, no ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados, que contém informação detalhada das dívidas da autarquia a instituições de crédito.

4.2.2.2 Análise do Passivo – Curto Prazo

No que respeita à rubrica de **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**, verifica-se no ano de 2013, uma **redução de 22.736 euros, comparativamente com o exercício anterior.**

A diminuição obtida, foi conseguida por via da redução do saldo de Outros Credores, que diminuiu em 143 mil euros, superando os aumentos verificados nas restantes rubricas.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas de curto prazo						
Dívidas a instituições crédito	626 372	15,5	556 865	13,7	69 507	12,5
Fornecedores	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fornecedores - Facturas em recepção e conf.	13 280	0,3	1 341	0,0	11 939	890,4
Fornecedores de imobilizado	11 575	0,3	0	0,0	11 575	100,0
Estado e outros entes públicos	115 274	2,9	87 757	2,2	27 517	31,4
Outros credores	3 277 389	81,0	3 420 663	84,1	-143 274	-4,2
TOTAL	4 043 690	100,0	4 066 626	100,0	-22 736	-0,6

Para uma verificação mais detalhada do conteúdo de cada componente das dívidas de curto prazo, recomenda-se a observação do **Mapa de Endividamento**, no ponto 8.3.5 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

A diferença entre o valor apresentado no Balanço relativo a Dívidas de Terceiros de curto-prazo e o Mapa do Endividamento, resulta da dívida a instituições de crédito de curto prazo, a qual não tem reflexo no Mapa do Endividamento.

O critério do Município em discriminar no balanço as dívidas a instituições de crédito atendendo à sua maturidade, deve-se à adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, conforme preconizado pelo POCAL.

		(euros)	
Designação	Valor		
Mapa do Endividamento	3 417 518		
Dívidas a instituições de crédito C/P	626 372		
Valor do Balanço - Passivo curto prazo		4 043 890	

De referir que, da **dívida patrimonial de curto prazo contabilizada** em 4.043.890 euros, apenas 31.275 euros são referentes a dívida orçamental do Município, sendo o restante valor referente a cobranças efetuadas a favor de terceiros (Operações de Tesouraria), faturas em receção e conferência e outras contas de terceiros (dívida à SIMRIA e a instituições de crédito).

		(euros)	
Designação	Valor		
Balanço - Passivo curto prazo	4 043 890		
Valores a abater			
Operações de Tesouraria	-1 115 986		
SIMRIA	-2 256 977		
Facturas em receção e conferência	-13 280		
Dívidas a instituições de crédito C/P	-626 372		
Valor da dívida orçamental		31 275	

No que se refere SIMRIA, o montante em dívida de 2.256.977 euros, foi objeto de um acordo transacional celebrado entre a SIMRIA e o Município de Ovar, em 6 de novembro de 2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

4.2.2.3 Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Esta componente do passivo compreende dois grandes fatores de especialização do exercício, designadamente, o cálculo dos custos com férias e subsídio de férias referentes a 2013, mas a pagar no ano 2014 (incluídos na conta de Acréscimo de Custos) e os subsídios recebidos, destinados a investimento, registados nos Proveitos Diferidos.

Designação	(euros)					
	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimos de custos	956 257	2,9	676 967	2,1	279 289	41,3
Proveitos diferidos	31 918 632	97,1	30 752 275	93,5	1 166 357	3,8
TOTAL	32 874 889	100,0	31 429 242	100,0	1 445 647	4,6

No que se refere à rubrica de Acréscimos de Custos, o montante mais significativo é relativo à contabilização dos gastos com subsídios de férias, férias e encargos patronais, conforme quadro seguinte:

Designação	(euros)			
	Subsídio de Férias	Férias	Encargos Patronais	Total
Pessoal CTFP Tempo Indeterminado	327 594	314 978	152 611	795 183
Pessoal a Termo Resolutivo Certo	16 556	15 991	7 730	40 277
TOTAL	344 150	330 969	160 341	835 460

Comparativamente ao exercício de 2012, o aumento verificado de 292.567 euros encontra justificação nas seguintes razões:

- Aumento da taxa suportada com encargos patronais, que relativamente à Caixa Geral de Aposentações passou de 15% para 20% e para a Segurança Social de 20% para 23,75%;
- Aumento da estimativa dos montantes a pagar com subsídio de férias, uma vez que, aquando da realização da prestação de contas de 2012, verificava-se a perspetiva do não pagamento dos subsídios de férias em 2013 (*em cumprimento do artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro*), situação chumbada pelo Tribunal Constitucional já no decurso de 2013, mas com efeitos retroativos a 1 de janeiro.

A rubrica de **Acréscimo de Custos** também inclui o valor de 120.797 euros relativos a acréscimo de custos de fornecimento de bens e serviços externos, reportados ao exercício 2013, mas cuja contabilização foi efetuada em 2014, pelo facto do documento de despesa apenas ter sido rececionado na Câmara Municipal nesse ano.

Avançando a análise para a rubrica de **Proveitos Diferidos**, o quadro a seguir apresentado ilustra a desagregação dos subsídios para investimento, bem como os valores que vão sendo movimentados numa base sistemática para a conta de proveitos (7983 - Transferências de capital), na percentagem correspondente à amortização do respetivo imobilizado. Assim, o subsídio vai sendo repartido pelos diversos anos em que se utiliza o bem, existindo uma correlação entre os custos e os proveitos.

Foi também efetuada uma correção relativa a amortizações do ano anterior, cujo proveito foi refletido na conta 797 – Correções relativas a anos anterior.

Os valores referidos estão detalhados no quadro que se apresenta:

Unidade: €

Designação	Ano Inicial	Total Valores Imputados	Amortizações Acumuladas Anteriores	Amortizações Contabilizadas no Exercício		Amortizações Acumuladas do Exercício	Total Líquido
				Amortizações do Exercício	Amortizações Anos Anteriores		
Sede da Junta de Freguesia de Ovar	2006	37 410	1 807	258	0	2 065	35 345
Rua Alexandre Sá Pinto	2008	6 251	1 838	368	0	2 206	4 046
Requalificação do parque urbano - Ovar	2012	1 264 714	70 318	74 365	0	144 683	1 120 031
Posto de Turismo Furadouro	2009	145 827	7 291	1 867	0	9 158	136 669
IMTT- PI Cam.Ferro Km300,176 Linha Norte/Madria	2004	42 518	19 133	4 252	0	23 385	19 133
IMTT - PS à Linha Norte ao Km 304,681	2008	465 578	116 394	23 279	0	139 673	325 904
I.N.D - Polidesportivos Descobertos - Lameiro/Corteça/S. João	2004	44 892	20 201	2 245	0	22 446	22 446
Cave do Edifício dos Paços Concelho	2004	144 542	16 359	1 807	0	18 165	126 377
Protocolo de Sinalização Automática	2006	26 685	9 340	1 334	0	10 674	16 011
Sinalização Automática - Av. Correios/EN 327	2004	5 893	2 652	295	0	2 947	2 947
Passagem Superior Peões - Válega	2008	100 055	25 014	5 003	0	30 017	70 039
Beneficiação Caminho Chão Rijo	2005	131 034	52 413	7 705	0	60 118	70 915
Constr. Escada PS Km 295,498 Linha Norte - Válega	2006	31 922	11 173	1 596	0	12 769	19 153
R. Cipriano e 1º Maio e dos Silvas Drenag. Agu. Pluv.	2008	98 712	14 807	6 170	0	20 976	77 736
PS Rodoviária ao km 304,681 da Linha Norte Arada	2010	190 393	28 559	9 520	0	38 079	152 314
POE - Rem. da Ilumin. Pública no Concelho de Ovar	2006	79 957	27 985	3 998	0	31 983	47 974
Aquisição Reab. 6 fogos no empreendimento Sargaçal	2007	128 440	9 198	1 708	0	10 906	117 533
Construção de 20 fogos no antigo Matadouro - Ovar	2010	400 579	20 670	7 291	0	27 960	372 619
Arranjo Urbanístico do Largo S. João	2007	5 945	1 876	313	0	2 189	3 756
Beneficiação da Rua Nova - Válega/Avanca	2005	103 870	36 354	7 988	0	44 342	59 528
Arruamento nascente Quartel B.V. Esmoriz	2003	87 158	43 579	4 846	0	48 425	38 733
Beneficiação Rua da Ordem - Maceda	2004	106 006	50 583	8 152	0	58 735	47 271
Remodelação Amp. - Corteça Esc. Gavinho	2006	85 901	4 089	584	0	4 673	81 228
Ligação Cavalho de Cima a Carv. de Baixo	2004	126 169	56 776	8 415	0	65 192	60 977
Pavimentação R. da Igreja Válega	2004	73 810	35 762	4 613	0	40 376	33 434
Alargamento Pontão Fontainha - Valega	2004	185 756	83 590	9 288	0	92 878	92 878
Benef. Rua Nova Válega/Avanca	2005	264 388	110 949	20 331	0	131 280	133 108
Arranjo envolv. Capela N.Sra. Desterro-Arada 1ºe2º	2005	302 340	120 936	17 778	0	138 714	163 626
Arranjº Envolv.Capela N.Sra.Desterro-Arada 3ºF	2005	197 409	79 328	11 608	0	90 936	106 473
Esc.Primária Ponte Nova nº 2 - S.João-1º e 2º Fase	2005	104 655	10 722	1 308	0	12 030	92 624
Benef.CM1156/Tr.Jogal-Arada e R.Jogal-1ºe2ºF-Maceda	2004	157 913	76 131	7 896	0	84 027	73 886
Remodelação da Avenida da Régua	2004	594 633	267 585	29 732	0	297 317	297 317
Remod. e Ampliação da Escola Primária da Ribeira	2005	20 289	2 029	264	0	2 293	17 996
Construção Jardim Infância de Regedoura - Válega	2010	115 438	4 329	1 443	0	5 772	109 666
Construção Jardim Infância da Vinha - Esmoriz	2010	115 770	4 446	1 528	0	5 974	109 796
Construção Jardim Infância Ponte Nova n.º 1 - S. João	2010	112 125	2 321	785	0	3 106	109 019
Capela S. Lourenço-Arran. Urb. Zona Env. - SV Pereira	2007	92 925	27 878	4 646	0	32 524	60 402
Requalificação EM 527 - Av. Da Praia de Corteça	2010	496 604	106 373	35 458	0	141 830	354 774
Centro de Arte de Ovar	2010	1 731 108	64 917	21 639	0	86 555	1 644 553
Consolid. Marg.Rio Cáster e Ribeir. N.º 5º Graça - Ovar	2010	617 620	89 172	29 399	0	118 571	499 049
Requalificação da Fonte dos Combatentes - Ovar	2009	49 540	1 314	337	0	1 650	47 890
Req. da Praça Republica e Arruam. Envolv. Ovar	2010	286 236	27 469	14 312	0	41 781	244 455
Benef. Mercado Municipal Ovar - Exec. Muro Sup. Ved.Nort/Nasc	2010	183 212	3 424	1 319	0	4 743	178 469
Beneficiação da Rua Dr. Manuel Arala - Ovar	2010	76 797	11 884	4 040	0	15 924	60 874
Remodelação Av.º da Praia/Alargam. Da Ponte - Esmoriz	2010	929 952	140 981	48 915	0	189 897	740 055
Renovação da Iluminação Pública do Centro de Ovar	2010	99 272	0	4 964	11 656	16 619	82 653
HECO-Habit. Experimentação Criatividade Ovar	2010	4 110	0	0	4 110	4 110	0
Centro Escolar de Maceda	2013	1 463 070	0	19 751	0	19 751	1 443 319
Centro Escolar dos Combatentes	2013	2 463 180	0	17 489	0	17 489	2 445 691
Com Ovar	2010	28 930	0	0	28 930	28 930	0
Palco	2010	1 198	0	0	1 198	1 198	0
Benef. R. Dr. Francisco Zagalo e João de Deus	2012	186 954	0	9 348	9 348	18 695	168 259
Benef. R. Fonte Casal/R. M. Lamarão/R. Luis Camões	2011	167 293	15 816	9 301	0	25 118	142 176
Parque Urbano de Ovar	2012	1 107 791	55 520	65 138	0	120 658	987 133
Beneficiação Fonte Casal/Julio Dinis	2011	15 545	777	864	0	1 642	13 903
Beneficiação R. Gondozende	2011	397 956	38 813	19 898	0	58 711	339 245
Beneficiação Rua Granja/Travessa Granja	2011	219 782	20 834	11 561	0	32 394	187 387
Pavim. Dren. Aguas Pluviais R. Irmãos Oliveira Lopes	2011	239 704	29 059	10 617	0	39 676	200 028
Beneficiação cidade Pernik	2011	288 082	0	16 017	29 557	45 575	242 507
Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda	2012	931 157	11 639	11 826	0	23 465	907 691
Beneficiação do Mercado Municipal de Ovar	2013	1 297 290	0	64 864	0	64 864	1 232 425
Elab. Plano Mun. Emergência de Protecção Civil Ovar	2010	18 314	0	0	18 314	18 314	0
Pav. Gimnodesportivo Arada	2013	1 152 488	0	14 982	0	14 982	1 137 505
Ecopista - Mobilidade Territorial	2010	589 059	0	0	0	0	589 059
Qualificação Ambiental do Buçaquinho - Corteça	2013	1 416 363	0	70 818	0	70 818	1 345 545
Valorização Empresarial Azulejo Tradicional Ovar	2012	72 645	3 632	3 632	0	7 265	65 381
Reab/Ampliação Casa Museu Júlio Dinis - PRU	2013	314 771	0	2 266	0	2 266	312 505
Escola Arte e Ofícios - PRU	2013	788 544	0	13 169	0	13 169	775 375
Projeto Ciclória-POVT - Ciclovía	2010	196 363	0	0	0	0	196 363
Projeto Ciclória-POVT - Bicicletas	2012	28 413	7 103	7 103	0	14 207	14 207
Projeto Ciclória-POVT - Terminais mov.guia multím.	2012	12 915	2 583	2 583	0	5 166	7 749
Projeto Ciclória-POVT - Sinalética painéis Informativos	2012	17 215	3 443	3 443	0	6 886	10 329
Centro Esc. Regedoura - Requal.red. escolar 1º ciclo e pré	2010	1 182 342	0	0	0	0	1 182 342
Revitalização do Centro Histórico de Ovar	2007	114 329	34 299	5 716	0	40 015	74 314
Programa Aveiro Digital - Sal On Line	2009	68 535	68 535	0	0	68 535	0
Programa Aveiro Digital - Sal On Line	2010	7 465	5 598	1 866	0	7 465	0
Aveiro Digital - SIGRIA	2009	16 705	16 705	0	0	16 705	0
Aveiro Digital - BIBRIA	2009	1 677	1 677	0	0	1 677	0
Aveiro Digital - BIBRIA	2010	2 172	1 629	543	0	2 172	0
Aveiro Digital - SECURRIA	2009	6 351	6 351	0	0	6 351	0
Aveiro Digital - AMBIRIA	2009	713	713	0	0	713	0
Operação + Maria	2009	61 391	0	15 348	46 044	61 391	0
CIRA-Eficiencia hidrica-Piscina	2012	4 783	0	64	64	127	4 656
Totals		25 553 837	2 244 676	853 164	149 220	3 247 061	22 306 776

No ano de 2013, foram contabilizados **1.002.384 euros** como Proveitos, dos quais 853.164 euros são relativos ao exercício de 2013 e 149.220 euros a exercícios anteriores, o que determinou um valor final de 22.306.776 euros para a conta de subsídios ao investimento. A explicação para estes valores encontra-se no ponto 4.1.1.6 deste relatório, destinado aos Proveitos Extraordinários.

Por fim, a rubrica de **Proveitos Diferidos** inclui o valor de 9.611.856 euros resultantes do contrato de concessão estabelecido com a ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A.

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação do montante supracitado:

Designação	Valor do Contrato	Proveitos de Exercícios Anteriores	Proveito do Exercício	(euros)	
				Proveito para Exercícios Seguintes	
ADRA – Águas da Região de Aveiro	9 058 490	362 340	181 170	8 514 981	
Águas do Douro e Paiva	1 350 000	168 750	84 375	1 096 875	
TOTAL	10 408 490	531 090	265 545	9 611 856	

4.2.3 Análise da Estrutura dos Fundos Próprios

Os **Fundos Próprios** do Município, a 31 de dezembro de 2013, apresentam um aumento de **4.179.441 euros**, comparativamente a 2012.

Designação	2013		2012		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Património	47 844 363	63,3	47 844 363	67,0	0
Ajustamento partes capital em empresas	101 160	0,1	101 160	0,1	0	0,0
Reservas Legais	2 010 270	2,7	1 858 456	2,6	151 815	8,2
Reservas Livres	2 162 411	2,9	2 162 411	3,0	0	0,0
Subsídios	675 660	0,9	675 660	0,9	0	0,0
Doações	143 867	0,2	48 645	0,1	95 222	195,7
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 479	-10,1	-7 659 479	-10,7	0	0,0
Resultados transitados	26 257 872	34,7	23 373 396	32,7	2 884 476	12,3
Resultado líquido do exercício	4 084 219	5,4	3 036 291	4,3	1 047 929	34,5
TOTAL	75 620 343	100,0	71 440 902	100,0	4 179 441	5,9

O aumento evidenciado no quadro anterior é explicado pelos seguintes movimentos:

- ✓ Distribuição do **Resultado Líquido do Exercício** de 2012 (**3.036.291 euros**), pelas rubricas de Reservas Legais (151.815 euros) e Resultados Transitados (2.884.476 euros);
- ✓ Pelo **aumento do Resultado Líquido** de 2013 face a 2012, em **1.047.929 euros**;

- ✓ Pela contabilização na rubrica **Doações** de **95.222 euros**, em resultado do contrato de cessação de participação, doação e renúncia celebrado entre o Município de Ovar e a Ovar Forma, por força da entrada em vigor da Lei 50/2012 de 31 de agosto.

4.2.4 Indicadores de Análise

Os **rácios** associados aos indicadores do Ativo e Passivo, descritos no quadro seguinte, **evidenciam de forma sintetizada** a informação anteriormente pormenorizada, respeitante à **Evolução e Estrutura do Balanço**.

Indicadores	2013	2012
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo Total	89,62%	89,45%
Ativo Circulante / Ativo Total	10,38%	10,55%
Ativo fixo / Ativo Circulante	864%	848%
Estrutura do Passivo		
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo Total	52,33%	58,46%
Passivo Curto Prazo / Passivo Total	47,67%	41,54%
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo de Curto Prazo	109,78%	140,71%

No que se refere ao **Ativo**, é possível observar que os indicadores comparativamente a 2012, não apresentam alterações significativas.

Nos rácios respeitantes à Estrutura do Ativo, fica evidenciada a importância do ativo fixo (imobilizado), que representa 89,56% do total do Ativo, valor muito aproximado do registado em 2012, uma vez que, o aumento do ativo total (em 4,4 milhões de euros) foi praticamente idêntico ao aumento verificado no ativo fixo (4,1 milhões de euros).

Relativamente ao **Passivo**, podemos constatar a tendência verificada nos últimos exercícios, de diminuição do peso do Passivo de Médio e Longo Prazo no Passivo Total, que, de 2012 para 2013 apresenta uma redução em 6,13 p.p. Esta diminuição é reflexo das amortizações de capital de carater extraordinário, efetuadas pelo Município.

Através da análise dos indicadores financeiros que se consideram mais relevantes, constata-se que, no decorrer do ano 2013, **o Município de Ovar continua a apresentar valores muito favoráveis ao nível destes indicadores, à semelhança dos anos anteriores.**

Indicadores	2013	2012
Curto Prazo		
Liquidez Geral		
Ativo Circulante / Passivo curto prazo	3,01	2,93
Liquidez Reduzida		
Ativo Circulante - Stocks / Passivo curto prazo	2,98	2,90
Liquidez Imediata		
Ativo Disponível / Passivo curto prazo	2,57	1,88
Médio e Longo Prazo		
Solvabilidade		
Fundo Próprios / Passivo	1,82	1,73
Autonomia Financeira		
Fundo Próprios / Activo Total Líquido	0,65	0,63
Endividamento		
Fundo Próprios / Passivo médio e longo prazo	17,03	12,49

A melhoria dos **indicadores de curto prazo** foi alcançada pela conjugação da diminuição do Passivo com o aumento do Ativo, sendo de realçar o aumento significativo face a 2012 do rácio de **Liquidez Imediata**, explicado na sua maioria pelo aumento das Disponibilidades.

Estes indicadores de Tesouraria, espelham a solidez do Município no que se refere à sua capacidade no cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Em relação à situação a médio e longo prazo, é de salientar a evolução positiva do rácio do Endividamento, refletindo uma maior capacidade do Município, no financiamento da sua atividade através dos Fundos Próprios.


No que se refere ao **Prazo Médio de Pagamento**, o cálculo deste indicador foi efetuado com base nos critérios utilizados pela DGAL, apresentando, no ano de 2013, o valor de **2 dias**.

O quadro seguinte apresenta a evolução deste indicador nos últimos 4 anos, sendo patente a diminuição conseguida ao longo deste período.

	2013	2012	2011	2010
Prazo médio pagamento(dias)	2	3	5	13

4.3 Endividamento Municipal

4.3.1 Enquadramento



O enquadramento legal do endividamento autárquico é efetuado no Título IV da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), alterada pelas Leis nºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, devendo ser observados, no ano de 2013, os limites estabelecidos no artigo 98º, da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), alterada pelas Leis nº 51/2013, de 24 de julho e 83/2013, de 09 de dezembro.

Deste modo, no que diz respeito ao endividamento líquido, a Lei do Orçamento de Estado para 2013, estabelece que, tendo em vista assegurar uma variação global nula deste endividamento municipal no seu conjunto, o seu limite, para 2013, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no nº 1 do artigo 37º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

De acordo com o artigo 37º acima mencionado, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

Por seu lado, nos termos do nº 1 do artigo 36º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, na redação atual, entende-se como endividamento líquido a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

No que se refere ao limite de endividamento de médio e longo prazo, a Lei do Orçamento do Estado para 2013 estipula que será calculado nos termos do artigo 39º da Lei das Finanças Locais já referida, determinando, no entanto, que a celebração de novos contratos deste tipo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano

de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo das exceções consideradas na Lei das Finanças Locais. Podem ainda excepcionar-se do limite imposto em 2013 a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excecionais devidamente fundamentadas, e tendo em conta a situação económica e financeira do país, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana, e da aquisição de fogos cuja construção foi financiada pelo IHRU, I.P. e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

O artigo 39º da Lei das Finanças Locais dispõe que o montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui, de acordo com o disposto no nº 2, do artigo 36º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro:

- a) O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcional à participação do município no seu capital social;
- b) O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no Regime Jurídico da Atividade Local e das Participações Locais (artigo 40º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o referido regime);

Estão ainda excecionados, quer dos limites do endividamento líquido total, quer do limite dos empréstimos de médio e longo prazo, o saldo relativo a empréstimos de médio e longo prazo já excecionados ao abrigo de legislação específica, tais como:

- Empréstimos contraídos até 31/12/2002 para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei nº 42/98, de 6 de agosto, com as alterações entretanto introduzidas);

- Empréstimos contraídos até 31/12/2001 para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (artº 32º da Lei nº 42/98, na redacção dada pelo artº 28º da Lei do Orçamento do Estado para 2000);
- Empréstimos contraídos em 2002 para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (alínea c) do artº 7º da Lei nº 16-A/2002, de 31 de maio – 1ª alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2002);
- Empréstimos contraídos em 2007 para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo nº 9 do artº 33º da Lei do Orçamento do Estado para 2007 (Despacho 22262/2007, de 03/11).

Uma vez que o Município de Ovar detém empréstimos nas condições acima referidas, estes foram excecionados dos limites quer do endividamento líquido total, quer dos empréstimos de médio e longo prazo.

No que se refere aos limites dos empréstimos de curto prazo, e relativamente ao ano de 2013, o seu enquadramento legal encontra-se também disposto na Lei nº 2/2007 (artigo 39º), onde se determina que o montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

Nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei nº 36/2013, de 11 de março (diploma que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2013), a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) calcula, para cada município, com base na informação enviada através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), os limites de endividamento líquido e da dívida de médio e longo prazo para 2013, comunicando-os posteriormente a cada um dos municípios.

4.3.2 Limites Legais do Endividamento

Conforme referido no ponto anterior, o limite de endividamento líquido para o Município de Ovar, no ano de 2013, comunicado pela DGAL, foi de -5.687.986 euros, valor que corresponde ao limite deste tipo de endividamento no ano de 2012, e que é inferior ao limite calculado de acordo com o nº 1 do artigo 37º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro que se apresenta no quadro seguinte:

(A)	Limite-125% Receitas (FEF+IRS+Impostos+Derrama+Participações)	20.800.315
	FEF (Orçamento do Estado para 2013)	5.513.264
	IRS (Orçamento do Estado para 2013)	1.595.987
	Impostos+Derrama (Ano 2012)	9.531.001
	Participações nos resultados	0

Este limite negativo apresentado pela DGAL significa que, em 31/12/2013, os valores ativos deveriam ser superiores aos valores passivos pelo menos neste montante, uma vez que o endividamento líquido é equivalente à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos, conforme já mencionado anteriormente.

Assim, a situação do **endividamento líquido** do Município de Ovar, a 31 de dezembro de 2013, apresenta-se seguidamente:

(A)	Limite - Limite de endividamento líquido de 2012	-5.687.986
(B)	Endividamento Líquido Total em Câmara Municipal Ovar	31-12-2013 -6.431.546
(B-A)		-743.560

Conforme se pode verificar no quadro acima o valor deste endividamento a 31/12/2013 é menor do que em 31/12/2012, pelo que foi cumprido o limite do endividamento líquido em 2013.

O montante do endividamento líquido apresentado no quadro acima inclui apenas o endividamento do Município de Ovar, uma vez que:

- A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico são entidades de direito privado, pelo que não relevam para o cálculo deste limite;
- A CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro não possui endividamento líquido;
- As sociedades comerciais nas quais a Autarquia detém uma participação, ou pertencem ao Setor Empresarial do Estado, ou apresentam resultados anuais equilibrados;
- A Fundação de Serralves não releva para o cálculo deste endividamento.

Relativamente a **empréstimos de curto prazo, não foi celebrado no ano de 2012 qualquer contrato desta natureza**, pelo que nada há a referir relativamente ao cumprimento do limite destes empréstimos.

No que diz respeito ao **endividamento de médio e longo prazo**, a celebração de novos contratos de empréstimos desta natureza está limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, conforme já foi mencionado. O valor do rateio comunicado pela DGAL para o Município de Ovar, e para o ano de 2013, foi de 2.413.823 euros, o que significa que foi este o montante máximo, atribuído a esta autarquia, para contração de novos empréstimos de médio e longo prazo. De referir que, no ano de 2013, não foi celebrado qualquer contrato de empréstimo desta natureza.

Da mesma forma, o valor comunicado pela DGAL como limite do endividamento de médio e longo prazo foi de 16.640.252 euros. Apresenta-se, de seguida, a situação do Município de Ovar, nesta matéria, a 31 de Dezembro de 2013:

(A)	Limite -100% Receitas(FEF+IRS+Impostos+Derrama+Participações)	16.640.252
	FEF (Orçamento do Estado para 2013)	5.513.264
	IRS (Orçamento do Estado para 2013)	1.595.987
	Impostos+Derrama (Ano 2012)	9.531.001
	Participações	0
(B)	Montante Empréstimos Médio Longo Prazo em 31-12-2013 Câmara Municipal Ovar	4.041.832
(A-B)	Margem	12.598.420
(B/A)	% Utilização	24,29%

O montante de empréstimos de médio e longo prazo para efeitos de cálculo do respetivo limite só inclui valores relativos ao Município de Ovar, pelas mesmas razões que foram apresentadas aquando do cálculo do limite do endividamento líquido.

Conforme se pode verificar no quadro acima, **no ano de 2013 foi igualmente cumprido o limite da dívida de empréstimos de médio e longo prazo.**

4.3.3 Dívida Desagregada por Rubricas

O quadro seguinte evidencia o montante total da dívida desagregada por rubricas e individualizando os empréstimos bancários (excecionados e não excecionados) relativos aos anos de 2013 e 2012:

Conta	Descrição	Data Início	Data Fim	(euros)	
				2013	2012
DÍVIDAS DE EMPRÉSTIMOS					
2312	EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZO			5.065.928	6.278.920
2312111	Empréstimos não excecionados			4.041.832	5.142.141
23121110101	CGD-9015/002273/491	05-09-2001	05-09-2026	977.890	1.097.299
23121110102	CGD-9015/005181/591	21-12-2006	21-12-2031	897.097	964.177
23121110201	BPI-1618654/830/003	16-01-2004	16-01-2029	339.908	401.224
23121110202	BPI-1618654-830-002/0666	04-11-1998	04-11-2023	346.958	410.041
23121110401	BES-6072.2652.2518	03-11-1998	03-11-2023	384.074	453.906
23121110501	Nova Caixa-69550.70.003	24-05-2002	24-05-2027	1.095.904	1.815.494
2312112	Empréstimos excecionados			1.024.096	1.136.779
23121120103	CGD-9015/002370/691	20-04-2002	20-04-2027	127.851	142.893 €
23121120105	CGD-9015/002367/691	20-04-2002	20-04-2027	18.055	23.213 €
23121120106	CGD-9015/002366/891	20-04-2002	20-04-2027	19.437	24.990 €
23121120108	CGD-9015/002365/991	20-04-2002	20-04-2027	29.112	37.429 €
23121120109	CGD-0573/000512/091	14-09-1998	14-09-2023	142.904	153.939 €
23121120110	CGD-9015/005182/391	21-12-2006	21-12-2031	55.718	59.786 €
23121120111	CGD-573/000507/491	14-09-1998	14-09-2023	141.959	152.921 €
23121120112	CGD-9015/005183/191	21-12-2006	21-12-2031	300.533	322.478 €
23123121201	IRHU- 1992.21.0020.2	12-07-1993	12-07-2018	188.528	219.129 €
SUB TOTAL				5.065.928	6.278.920
OUTRAS DÍVIDAS					
221	FORNECEDORES C/CORRENTE			0 €	0 €
228	FORNECEDORES-FACT.RECEP.CONFERENCIA			13.280 €	1.341 €
2611	FORNECEDORES IMOBILIZADO C/CORRENTE			11.575 €	0 €
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			115.274 €	87.757 €
264	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA			0 €	0 €
262 +.....	OUTROS CREDORES			3.277.389 €	3.420.663 €
SUB TOTAL				3.417.518	3.509.761
TOTAL DÍVIDAS				8.483.446	9.788.681

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Vitor" and a large stylized signature.

4.3.4 Lei dos Compromissos/Redução do endividamento – Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (artigo 96º)

No ano de 2013 continuaram em vigor as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, preconizadas na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso-LCPA), alterada pelas Leis 20/2012 de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e operacionalizadas através do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei 64/2012, de 20 de dezembro.

A Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (OE para 2013), que também tem como objetivo a redução do endividamento, estabelece no nº 1, do artigo 96º, que até ao final do ano de 2013 as entidades incluídas no subsetor da administração local devem reduzir, para além dos já previstos no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, no

mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012.

O nº 3 do artigo 96º refere ainda que, para além da redução atrás apresentada, os municípios devem reduzir, até final do 1º semestre de 2013, e em acumulação com os já previstos no PAEL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 5% de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012.

Por seu lado, o nº 4 do mesmo artigo 96º impõe que, para além das reduções já referidas, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, constante do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município e ou pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de junho de 2012.

O valor do aumento da receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, foi comunicado ao Município de Ovar pela Autoridade Tributária, ascendendo o seu montante a 528.485,56 euros. Este valor foi aplicado na redução de endividamento de médio e longo prazo conforme descrito no ponto 4.2.2.1-Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo deste relatório.

No que diz respeito às reduções a efetuar relativas a pagamentos em atraso, não são aplicáveis ao Município de Ovar, uma vez que esta autarquia não apresenta pagamentos em atraso.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Tendo-se apurado, para o ano contabilístico de 2013, um resultado líquido positivo de 4.084.219,27 euros e, no seguimento das imposições do ponto 2.7.3.5 do POCAL (uma vez que o disposto no ponto 2.7.3.4 não se aplica), propõe-se a seguinte aplicação:

- 571 - Reservas legais: 204.210,96 euros;
- 59 - Resultados transitados: 3.880.008,31 euros.

Ovar, 03 de Abril de 2014

Órgão executivo

Órgão deliberativo